

www.jornalodiasp.com.br

SEXTA-FEIRA, 8 DE DEZEMBRO DE 2023

N^a 25.545

Preço banca: R\$ 3,50

Banco Central quer criar regras para pagamentos internacionais

PF prende traficantes de drogas que atuavam no aeroporto de Guarulhos

ágina 2

União paga R\$ 1,07 bilhão de dívidas de estados em novembro

Página 3

Segunda parcela do décimo terceiro deve injetar R\$ 106 bi na economia

Estudo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) aponta que, no fim deste ano, o pagamento do décimo terceiro salário terá totalizado R\$ 267,6 bilhões. O montante é 6,2% maior do que os R\$ 251,9 bilhões pagos ao longo do ano passado, já descontada a inflação. Considerando a primeira parcela do benefício, paga aos 89,8 milhões de beneficiários até 20 de novembro, e os descontos incidentes sobre o décimo terceiro salário, a segunda parcela deve injetar R\$ 106,29 bilhões na economia.

O valor médio do benefício equivale a R\$ 2.980, revelando, portanto, avanço real em relação aos R\$ 2.882 pagos em 2022.

Após dois anos de direcionamento predominante para o pagamento de dívidas, em 2023, os gastos no comércio (R\$ 37,35 bilhões) deverão voltar a liderar a intenção de alocação dos recursos oriundos da segunda parcela do décimo terceiro salário. A quitação e o abatimento das dívidas deverão consumir 34% dos recursos (R\$ 35.97 bilhões), seguidos por gastos no setor de serviços (R\$ 20,31 bilhões) e poupança (R\$ 12,66 bilhões).

O maior montante da segunda parcela do décimo terceiro salário, em relação ao ano passado, se deve ao aumento do nível de ocupação no mercado de trabalho. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), nos 12 últimos meses encerrados no terceiro trimestre deste ano, o contingente de trabalhadores com carteira assinada no setor privado cresceu 2,3%, com a geração de 1,14 milhão de novas vagas.

Os trabalhadores na ativa respondem por 57% (50,9 milhões de beneficiários), enquanto, aposentados e pensionistas totalizam 38,9 milhões, sendo o valor médio mais elevado aquele pago aos aposentados e pensionistas do regime próprio da Previdência Social (R\$ 6.031) e o menor aos trabalhadores domésticos (R\$ 1.706).

Para o comércio, a concentração da segunda parcela do décimo terceiro no mês de dezembro representa o período de maior aquecimento das vendas. Historicamente, a chegada do último mês do ano coincide com um avanço médio de 25% nas vendas, sendo seu impacto ainda mais significativo em segmentos como vestuário e calçados (80%), livrarias e papelarias (50%) e lojas de utilidades domésticas (33%). (Agencia Brasil)

"Crescente preocupação", diz Lula sobre crise entre Venezuela e Guiana



Página 6

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campo Neto, afirmou na quintafeira (7) que a autarquia vai trabalhar para a criação de regras para pagamentos internacionais, no contexto da presidência do Brasil no G20, grupo que reúne 20 das maiores economias do planeta. Segundo ele, a governança é o último grande problema que precisa ser resolvido para a conexão entre os sistemas, enquanto as questões tecnológicas e de liquidação já foram superadas.

"Uma das coisas que a gente quer fazer no G20, que foi um tema, inclusive, que eu propus, é fazer uma taxonomia, regras mínimas, de pagamentos internacionais. Eu estou trabalhando com o presidente do Banco Central da Itália, Fabio Panetta, para a gente desenhar um conjunto de regras, que

são as regras que vão ser aplicadas. Uma vez que a gente resolveu o problema de tecnologia e de liquidação, essa é a governança do pagamento internacional, os países que quiserem participar, têm que aderir mais ou menos a essas regras", disse.

Campos Neto lembrou que cada país tem legislações e sistemas de tributação e regulação diferentes. "É um trabalho que a gente vai iniciar agora, no grupo do G20, junto com o G7, junto com o BIS [Banco de Compensações Internacionais], e eu acho que dá para avançar bastante nesse tema".

A presidência do Brasil no G20, que começou no dia 1º de dezembro, tem duração de 1 ano e se encerra em 30 de novembro de 2024. É a primeira vez que o país ocupa essa posição na história do grupo no formato atual. Página 3

Haddad e Pacheco pedirão à Justiça prazo extra para Minas pagar dívida

Página 4

Privatização da Sabesp ainda tem pontos em aberto e contestações

Página 6

Esporte

Osasco São Cristóvão Saúde recebe o Fluminense nesta sexta-feira

Osasco São Cristóvão Saúde recebe o Fluminense nesta sexta-feira (8), a partir das 21h, no ginásio José Liberatti. Com ingressos esgotados, mais uma vez o "sextou" osasquense na Superliga Bet7k vai ser com arquibancadas lotadas. O SporTV 2 transmite a partida. A página oficial do clube no Youtube, a Osasco Vôlei TV, também fará a cobertura, mas sem imagens (os direitos são reservados aos canais de TV por assinatura)

Osasco e Fluminense duelam pelo G4 na Superliga. Se vencer por 3 sets a 0 ou 3 sets a 1, o time Camila Brait, Tifanny, Giovana, Lorenne e cia. toma a quarta posição das cariocas. Com três jogos a menos que as adversárias do Rio de Janeiro, as osasquenses somam nove pontos (três vitórias e um resultado negativo), enquanto as rivais têm 11 (quatro resultados positivos e três derrotas). Assim, os três pontos colocarão a equipe de Luizomar com um de vantagem.

"Sabemos que o Fluminense é um time perigoso e que virá para Osasco pronto para endurecer a partida e tentar nos vencer. Como sempre, treinamos e estudamos muito o time deles e estamos prontas. É sacar bem, executar o plano tático e ir com tudo para virar as bolas no ataque", comenta a ponteira Tifanny, que completa. "E nunca é demais reforçar a importância da nossa torcida, que transforma o Liberatti num caldeirão."

A última vez que recebeu o Fluminense no José Liberatti, Osasco foi implacável. O time comandado pelo técnico Luizomar derrotou o adversário por 3 sets a 0, dia 25 de março, pela returno



Callie e Tifanny no bloqueio

da fase de Classificação da Superliga 2022/23. No placar dos confrontos da temporada passada, empate em 1 a 1, com cada equipe fazendo valer o mando de quadra. "Será minha primeira vez contra elas, mas por tudo que estudamos e treinamos, sabemos que não devemos esperar vida fácil. Mas confio na força do nosso grupo e vamos buscar a vitória", disse a central norte-americana Callie, terceira atacante mais eficiente do campeonato, com 56% de aproveitamento.

Copa São Paulo Light de Kart

Carioca Gabriel Fernandes quer comemorar títulos com vitória no terceiro turno

A Copa São Paulo Light de Kart encerra a sua temporada neste fim de semana (08 e 09/12), com a realização de sua 10^a e última etapa no Kartódromo de Interlagos, zona sul de São Paulo. E o grande destaque do principal e mais competitivo certame regional do kartismo brasileiro é o carioca Gabriel Fernandes (Techspeed/Cinestúdio/ Globo Construtora/Seepill Valves/Total Auto Center/ 3Marc/Pizza Crek/SOS Bike Móvel/Box Detail), que em 2023 venceu sete das nove etapas disputadas na categoria F-4 Júnior, foi campeão do primeiro e segundo turnos, e lidera o terceiro turno que termina agora.

mina agora.
"Meu objetivo como sem-

pre é vencer. Quero encerrar o Light com chave de ouro", exalta o piloto de 14 anos de idade, que este ano já comemorou os títulos de campeão Carioca (F-4 Jr), campeão do Estado do Rio de Janeiro (F-4 Jr) e Campeão da V11 Aldeia Cup (F-4 Jr) e vice-campeão Estadual do Rio de Janeiro (F-4 Graduados).

Esta rodada tripla de encerramento da Copa São Paulo Light de Kart marca o fim do terceiro turno, disputado em duas etapas – 5ª e 10ª -, sem descartes. Cada uma destas etapas é realizada com tomada de tempo, seguida das três provas. As duas primeiras corridas terão o mesmo número de voltas, que será menor que o número de voltas da 3ª bateria. A 1ª competição será classificatória

(grid) para a 2ª prova, sendo que os cinco primeiros do grid da 2ª corrida terão suas posições invertidas com o 1º colocado largando em 5º e o 5º colocado em 1º e assim por diante. O grid da 3ª bateria será o resultado da anterior, sem alteração de grid.

ração de grid.

Neste final de turno serão
20 pontos em jogo: 16 pela vitória e 1 ponto de bonificação
pela pole position, e mais 1
ponto pela volta mais rápida em
cada uma das três baterias. Na
classificação geral Gabriel Fernandes soma 86 pontos, 19 de
vantagem sobre Victor Tieri. Já
no terceiro turno, Gabriel lidera
com a diferença de um ponto
sobre Yassin Aboobakar e Victor Tieri, que somam 15 pontos.

ore Yassin Aboobakar e Vic-Tieri, que somam 15 pontos. etap "Até agora, em algum mo-

mento liderei todas as baterias realizadas no ano e subi no pódio em todas as etapas. Meu Techspeed sempre esteve bem acertado pela eficiente equipe Nikima Racing/Dai Motorsport. Por isto, eu, minha família e meus apoiadores merecemos tudo o que conquistamos juntos. Então, vamos tentar vencer mais uma vez e sair mais campeão do que nunca e comemorando muito", completou o representante da Techspeed/ Cinestúdio/Globo Construtora/ Seepill Valves/Total Auto Center/3Marc/Pizza Crek/SOS Bike Móvel/Box Detail.

Confira a pontuação oficial da F-4 Júnior na Copa São Paulo Light de Kart, depois de nove etapas: 1) Gabriel Fernandes, 86 pontos; 2) Victor Tieri, 67; 3) Guilherme Bittencourt, 56; 4) Yassin Aboobakar, 50; 5) Nicolas Amaral, 47; 6) João Alécio, 37; 7) Heitor Vasconcellos, 32; 8) Enricco Abreu, 29; 9) Davi Alkimin, 28; 10) Miguel da Silva, 27.

Confira a pontuação do terceiro turno da F-4 Júnior: 1) Gabriel Fernandes, 16 pontos; 2) Yassin Aboobakar, 15; 3) Victor Tieri, 15; 4) João Alécio, 12; 5) Heitor Vasconcellos, 11; 6) Enricco Abreu, 10; 7) Paulo Dutra, 9; 8) Nicolas Amaral, 8; 9) Gui Bittencourt, 7; 10) Davi Alkimin, 7.

Gabriel Fernandes tem o apoio de Techspeed/Cinestúdio/Globo Construtora/Seepill Valves/Total Auto Center/ 3Marc/Pizza Crek/SOS Bike Móvel/Box Detail. Jornal O DIA SP

PF prende traficantes de drogas que atuavam no aeroporto de Guarulhos

SP estuda restaurar prédio do Instituto Biológico, que faz 100 anos em 2027

Símbolo da art déco na cidade de São Paulo, o Instituto Biológico (IB-APTA) completará 100 anos em 2027. Pensando nisso, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) estuda a viabilização de recursos para contemplar a restauração do prédio sede de grandes pesquisas e avanços para a agricultura do Estado.

Projetado pelo arquiteto Mário Whately na década de 1920, o prédio do IB foi inaugurado em meados de 1940 e é considerado um dos exemplares mais importantes da primeira modernidade na arquitetura paulistana.

A proposta é a realização da preservação dos espaços com a empresa FormArte, que atua há mais de 25 anos elaborando, executando e assessorando projetos ligados à área de restauração de Patrimônio Histórico, com importantes obras como o projeto e gerenciamento do Edifício Altino Arantes (Farol Santander) e até mesmo a fachada do prédio da Secretaria da Agricultura quando comprado da Votorantim pelo Governo do Estado de São Paulo em 2014.

O projeto de restauro visa buscar parcerias com a iniciativa privada e mobilizar o apoio dessas empresas, principalmente do setor agropecuário. O projeto ainda será estudado para posteriores avanços conforme os protocolos.

A Polícia Federal (PF) prendeu na quinta-feira (7) nove traficantes de drogas que atuavam no Aeroporto Internacional de Guarulhos e ainda procura cinco que estão foragidos. A Operação Bota Fora foi deflagrada para cumprir, no total, 14 mandados de prisões temporárias e 18 de busca e apreensão contra esses traficantes, relativos a três investigações diferentes de grupos que enviavam cocaína para a Europa e África por meio do terminal em Guarulhos.

A droga era enviada em malas despachadas irregularmente ou por meio do setor de cargas do aeroporto. Foram apreendidos no Brasil e no exterior quase 700 quilos de cocaína que tinham como destino a Alemanha (578 quilos), Portugal (77 quilos) e a Étiópia (37 quilos). Segundo a PF, parte dos suspeitos é considerada líder do tráfico na região de Guarulhos. Eles foram identificados em grupos de WhatsApp formados para organizar o envio da droga.

"Esses crimes acontecem por conta da fraca segurança orgânica do aeroporto que precisa melhorar muito e ter não só câmeras, mas mais sistemas de controle de quem se movimenta lá dentro. Se melhorar isso eu acredito que melhore bastante. E nós temos informação de que os funcionários que atuam são aliciados tão cedo quanto eles são contratados. Alguns já são parte do grupo criminoso e vão buscar o emprego ali indicados por alguém que já está lá dentro. Ou a pessoa entra e acaba sendo cooptada ao longo do tempo", explicou o delegado Felipe Faé Lavareda de Souza.

Segundo Lavareda, para efetivar o envio da droga para fora, mala de um passageiro e coloca em outra bagagem, onde está a substância ilícita. A orientação para que os passageiros evitem ter suas etiquetas e malar trocadas é que sejam tiradas fotos da mala com a etiqueta e do peso e junto com o passageiro no momento do check-in. "Isso comprova que a pessoa estava com uma mala de uma cor diferente da que foi pega na esteira. Além do peso diferente, isso já é um indicativo de que aquela mala que foi encontrada não é do passageiro." (Agência Brasil)

o criminoso pega a etiqueta da

Escolas da Rede Municipal de Educação recebem prêmio Estudantes em Ação

A Prefeitura de São Paulo, por meio do secretário da Controladoria Geral do Município (CGM), Daniel Falcão, e o secretário municipal de Educação, Fernando Padula, da Secretaria Municipal de Educação (SME), premiou na quinta- feira (07), as 10 melhores escolas classificadas na primeira edição do projeto Estudantes em Ação.

A ação, que é uma iniciativa da Controladoria Geral do Município em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, in-

Uma plataforma tecnológica

feita no Instituto Butantan a par-

tir do vírus Zika pode ajudar no

desenvolvimento de uma vacina

contra a doença, de acordo com

estudo publicado na editora de

pesquisa suíça Frontiers in Phar-

macology. Os pesquisadores de-

senvolveram VLPs (do inglês vi-

rus-like particles), partículas que

"imitam" o vírus, uma técnica que

já é usada em outros imunizan-

tes, como do HPV e da hepatite

no mercado, o Zika tem como

principal impacto a microcefalia

(manormação do cerebro), que

acomete recém-nascidos de mães

que foram infectadas durante a

dial da Saúde (OMS), existem re-

gistros de circulação do vírus em

89 países. No Brasil, o Zika foi res-

ponsável por 50% das 3,7 mil in-

fecções congênitas (transmitidas

da mãe para o bebê) confirmadas

entre 2015 e 2022, de acordo com

das ou atenuadas, as VLPs não

utilizam o vírus inteiro e não con-

Diferente de vacinas inativa-

o Ministério da Saúde.

Segundo a Organização Mun-

gestação.

Ainda sem vacina disponível

dantes e toda a comunidade escolar no desenvolvimento de práticas para promover ações transformadoras no contexto escolar, baseadas no exercício da cidadania ativa, da participação social, do controle social, dos direitos humanos e da cultura da paz e coletividade.

"Mais uma vez agradecer a Controladoria Geral do Município exercício de cidadania. Algo que fica e vai transcender o espaço escolar. Portanto, parabéns a todos vocês", enfatizou o secretário Fernando Padula.

A primeira colocada recebeu o valor de R\$30 mil, e a décima R\$5 mil. Já os Grêmios Estudantis receberam prêmios entre R\$3 mil e R\$8 mil reais. Os estudantes do time vencedor também terão a oportunidade de participar da ação "Um dia de Prefeito" em que visitarão o Edifício Matarazzo, sede da Prefeitura de São Paulo, e participarão de atividades especiais, com o objetivo de aprender sobre o trabalho do executivo de forma prática e didática.

"Todas as escolas que concluíram o desafio merecem ser parabenizadas pois as entregas mostraram capacidade de mudança da realidade e inovação, bem como envolver atores diversos da comunidade. 82 professores e mais de 1.200 participaram efetivamente das atividades. O que demonstra o sucesso dessa primeira edição", destacou o Controlador Geral, Daniel Falcão.

NETO www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Uma nova reeleição do vereador-presidente Milton Leite (União) - no qual o Bivarismo declinou - pode mudar a atual composição dos que estarão na Mesa Diretora 2024 ?

PREFEITURA (São Paulo)

Questão da possível judicialização da desestatização (território paulistano) da Sabesp pode fazer com que o prefeito Ricardo Nunes (MDB) faça mudanças no Secretariado 2024?

ASSSEMBLEIA (São Paulo)

Questão da possível judicialização - nos municípios (território paulista) da Sabesp pode fazer com que haja uma movimentação de parlamentares como nunca se viu com prefeitos?

GOVERNO (São Paulo)

Questão da possível judicialização da Sabesp no Estado de São Paulo poderá ter o ex-adversário Geraldo Alckmin trabalhando como pacificador junto com Márcio Franca (PSB)?

$CONGRESSO\left(Brasil\right)$

Deputados federais e senadores - governo PT Lula (3) tão preocupados com o que pode acontecer no caso de um avanço da Venezuela na Guiana, com reação militar norte-americana?

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Presidente Lula (3º governo) parece não estar blefando quando sinaliza pra Maduro (Venezuela) que não traga qualquer guerra - militar com EUA - para nossa fronteira norte. Diplomacia?

PARTIDOS

Uma coisa é Tarcísio [no Republicanos] até poder se filiar ao PSD [do Kassab]. Outra coisa é o governador de São Paulo abandonar o Republicanos, que o abrigou. E outra coisa é o Tarcisio se

(Brasil)

... um ingrato em relação ao ex-presidente Jair Bolsonaro (no PL), sem o qual não teria ganho a eleição 2022. E de novo, o Datena está disponível pra ser vice de quem bancar. É assim que rolam as coisas na Terra ...

ANO 31

O jornalista Cesar Neto publica a coluna [diária] de política cesarneto.com - na imprensa (Brasil) desde 1993. Recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP), por se tornar referência das Liberdades Concedidas por DEUS

cesar@cesarneto.com

O DIA S. Paulo Jornal

Administração e Redação

Matriz: Rua Carlos Comenale, 263 3° andar CEP: 01332-030

Fone: 3258-1822 Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável Maria Augusta V. Ferreira Mtb. 19.548 Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00 Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal Atas, Balanços e Convocações Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária Exemplar do dia: R\$ 3,50

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br Site: www.jornalodiasp.com.br

pelo Prêmio Estudantes em Ação. Os projetos são muito interessantes, envolvendo a comunidade de dentro da escola e do entorno. Identificando as questões. É um centivou os professores, estu-Com células de inseto, Instituto Butantan

desenvolve tecnologia para vacina contra Zica têm material genético viral, somente fragmentos de proteínas. Elas se agrupam e formam uma partícula semelhante ao vírus que "engana" o organismo, ati-

vando a resposta imune. "As VLPs conseguem induzir alta resposta celular porque entram nas células, como os vírus, mas são incapazes de se replicar e causar doença. E as VLPs que acabam ficando na circulação sanguínea ativam a resposta de anticorpos", afirma a pesquisadora Soraia Jorge, diretora do Laboratório de Biotecnologia Viral do Butantan, que coordenou

As partículas foram produzidas em células de inseto, utilizando um baculovírus recombinante que carrega informações genéticas do Zika (e não infecta humanos). Na cultura celular de insetos, ambos se multiplicam. "Formam-se dois lotes: baculovírus modificados e VLPs de Zika, que nós conseguimos separar para obter somente as VLPs purificadas", explica a cientista.

Nesse momento, as VLPs estão prontas para serem testadas em animais para avaliar a segurança e imunogenicidade (capacidade de provocar resposta imune). Segundo Soraia, testes pré-clínicos conduzidos em outros países já demonstraram que partículas semelhantes ao Zika são imunogênicas, então a expectativa é que os resultados sejam positivos.

Além de ser segura e comprovadamente eficaz, a plataforma estudada há décadas pode ser aplicada no desenvolvimento de outras vacinas. "Podemos usar esse mesmo sistema de células de inseto em qualquer vírus semelhante ao Zika, como febre amareia e dengue, que sao outros arbovírus. Temos estrutura e know-how para isso", destaca Soraia, que também desenvolve VLPs do vírus da raiva e do SARS-CoV-2 por meio de outros sistemas. É possível produzir essas moléculas em bactérias, leveduras, plantas transgênicas e células de mamíferos e insetos.

O Zika é transmitido pelo mosquito Aedes aegypti - o mesmo que transmite dengue, chikungunya e febre amarela. A transmissão entre humanos também pode ocorrer de mãe para filho durante a gestação, ou por meio do contato sexual e transfusão de sangue. As principais complicações associadas à doença são a microcefalia e outras malformações em bebês e, em adultos, a síndrome de Guillain-Barré, doença do sistema nervoso caracterizada por fraqueza muscular, formigamento ou perda da sensibilidade.

O diagnóstico da doença é um desafio e a maioria das pessoas não apresenta sintomas. Nos casos sintomáticos, ocorre erupção cutânea, febre, conjuntivite, dores musculares e articulares, mal-estar e dor de cabeça que duram de 2 a 7 dias. Como são sinais comuns a outras arboviroses, o diagnóstico precisa ser confirmado em testes laboratoriais.

"O desenvolvimento de uma plataforma de vacinas considerada segura, especialmente para aqueles que apresentam alto risco de sofrer os efeitos da infecção pelo Zika, como indivíduos imunocomprometidos e mulheres grávidas, é de extrema importância e uma prioridade de saúde pública", ressalta o artigo dos pesquisadores do Butantan.

USP é a 8^a universidade mais sustentável do mundo em ranking internacional

Pela primeira vez uma universidade brasileira ocupa a 8ª posição no ranking – e a melhor da América Latina – segundo o UI GreenMetric World University Ranking 2023, divulgado na terça-feira (5), durante a 28ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que está sendo realizada em Dubai, nos Emirados Árabes.

GreenMetric é uma rede global que reúne universidades de todo o mundo no desenvolvimento de projetos voltados à sustentabilidade ambiental nos próprios campi, na educação e pesquisas relacionadas ao tema e em ações promovidas junto à comunidade.

A USP subiu duas posições em relação ao ranking anterior. Nesta edição, das sete primeiras classificadas, seis são universidades europeias e uma é norteamericana.

Os critérios de avaliação no

ranking incluem a coleta de informações básicas sobre o tamanho da universidade e seu perfil de zoneamento, se urbano, suburbano ou rural; o grau de espaço verde, o consumo de eletricidade em relação à pegada de carbono; transporte, uso de água, gestão de resíduos, infraestrutura de configuração, energia e mudanças climáticas e programas de educação e pesquisa, políticas, ações e comunicação na área de sustentabilidade ambiental.

Nas primeiras posições estão a Universidade de Wageningen (Holanda), a Universidade Nottingham Trent (Reino Unido) e a Umwelt-Campus Birkenfeld (Alemanha). Entre as latino-americanas, depois da USP aparecem a Universidad Autónoma de Nuevo León (México), na 16ª posição, e a Universidad del Rosario (Colômbia), na 32ª. A Universidade Federal de Lavras (Ufla) é a segunda brasileira mais bem posicionada, na 40ª posição.

A superintendente de Gestão Ambiental da USP, Patricia Faga Iglecias Lemos, comemora o resultado, uma vez que este é um ranking que leva em conta muitos fatores, e avançar uma posição faz toda a diferença.

"Quanto mais perto do primeiro lugar chegamos, mais difícil fica, pois o ranking leva em conta desde o uso de energia até recursos naturais, educação e pesquisa. Por isso, a equipe da SGA fez um esforço muito grande de planejamento e acompanhamento de ações, buscando avançar no ranking", diz.

A professora destaca, também, o trabalho conjunto entre professores, funcionários e alunos, além do apoio da atual gestão da Reitoria para a USP ser realmente mais sustentável.

GreenMetric O UI GreenMetric World Uni-

versity Ranking foi criado pela Universidade da Indonésia (UI), em 2010. Na edição de 2023, 1.183 instituições foram avaliadas, de 85 países. A USP obteve 9.425 pontos dos 10 mil possíveis.

Para o professor Tadeu Fabricio Malheiros, da Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), membro da SGA e responsável pelo preenchimento dos formulários do GreenMetric, a questão da sustentabilidade na USP já vem sendo implementada há muitos anos e dá como exemplo o USP Recicla, que tem mais de uma década.

"A diversidade entre os campi e os contextos específicos de cada um permitem a possibilidade de experimentar ações bastante diversas e com o engajamento da comunidade como um todo, o que fortalece os indicadores e reflete a maturidade da Universidade nesse contexto", afirma.

Lembre sempre de lavar as mãos

Banco Central quer criar regras para pagamentos internacionais

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campo Neto, afirmou na quinta-feira (7) que a autarquia vai trabalhar para a criação de regras para pagamentos internacionais, no contexto da presidência do Brasil no G20, grupo que reúne 20 das maiores economias do planeta. Segundo ele, a governança é o último grande problema que precisa ser resolvido para a conexão entre os sistemas, enquanto as questões tecnológicas e de liquidação já foram superadas.

"Uma das coisas que a gente quer fazer no G20, que foi um tema, inclusive, que eu propus, é fazer uma taxonomia, regras mínimas, de pagamentos internacionais. Eu estou trabalhando com o presidente do Banco Central da Itália, Fabio Panetta, para a gente desenhar um conjunto de regras, que são as regras que vão ser aplicadas. Uma vez que a gente resolveu o problema de tecnologia e de liquidação, essa é a governança do pagamento internacional, os países que quiserem participar, têm que aderir mais ou menos a essas regras", disse.

Campos Neto lembrou que cada país tem legislações e sistemas de tributação e regulação diferentes. "É um trabalho que a gente vai iniciar agora, no grupo do G20, junto com o G7, junto com o BIS [Banco de Compensações Internacionais], e eu acho que dá para avançar bastante nesse tema'

A presidência do Brasil no G20, que começou no dia 1° de dezembro, tem duração de 1 ano e se encerra em 30 de novembro de 2024. É a primeira vez que o país ocupa essa posição na história do grupo no formato atual. OBC faz parte da trilha de finanças do G20, que trata de assuntos macroeconômicos e questões de financiamento. A outra trilha do G20 é a de política, mais ampla e onde se discutem políticas públicas.

Ao longo do mandato, o Brasil deverá organizar mais de 100 reuniões oficiais em várias cidades do país, que incluem cerca de 20 reuniões ministeriais, 50 reuniões de alto nível e eventos paralelos. O ponto alto será a 19ª Cúpula de Chefes de Estado e Governo, nos dias 18 e 19 de novembro de 2024, no Rio de Janeiro.

O presidente do BC fez palestra no Encontro Anual Drex 2023 e falou sobre o futuro digital do Sistema Financeiro Nacional.

Segundo Campos Neto, para a internacionalização da moeda brasileira, além da modernização da regulação cambial, que foi aprovada pelo Congresso Nacional em 2021 e entrou em vigor em janeiro, o Banco Central criou o Drex, que é o real em formato digital.

Para Campos Neto, a transformação da economia passa pela conexão entre moedas digitais e a tokenização de ativos para negociação, que é a extração de valor de um ativo de forma digital.

No Brasil, segundo ele, essa agenda é integrada em quatro blocos fundamentais: o PIX, que é o sistema de pagamento instantâneo do BC; a internacionalização da moeda; o Open Finance, que é o compartilhamento de dados financeiros; e o Drex. Todos, de acordo com o Campos Neto, estão em desenvolvimento e evolução.

Nesse sentido, o presidente do BC também defendeu a implementação de um marketplace de serviços financeiros no Brasil, um sistema agregador das contas e informações financeiras dos cidadãos. Para ele, os bancos passarão a competir por canal e por "principalidade", ou seja, o principal canal de acesso a esse ambiente de contas integradas.

"A gente está desembarcando em um caminho de marketplace de serviços financeiros. Se você tem quatro ou cinco contas de banco, não faz sentido ter quatro canais de entrada", disse. (Agencia Brasil)

União paga R\$ 1,07 bilhão de dívidas de estados em novembro

O Tesouro Nacional pagou, em novembro deste ano, R\$ 1,07 bilhão em dívidas atrasadas de estados. Desse total, a maior parte - R\$ 731,96 milhões - é relativa a atrasos de pagamento do governo estadual do Rio de Janeiro. Em seguida, vieram o pagamento de débitos de R\$ 221,52 milhões do Rio Grande do Sul e R\$ 76,51 milhões de Goiás.

A União também cobriu, no mês passado, R\$ 39,67 milhões de dívidas de Minas Gerais e R\$ 70 mil de débitos do município de Santanópolis (BA).

Os dados estão no Relatório de Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito, divulgado na quinta-feira (7), em Brasília, pela Secretaria do Tesouro Nacional. As garantias são executadas pelo governo federal quando um estado ou município ficar inadimplente em alguma operação de crédito. Nesse caso, o Tesouro cobre o calote, mas retém repasses da União para o ente devedor até quitar a diferença, cobrando multa e juros.

No acumulado do ano, a União quitou R\$ 10,776 bilhões de dívidas em atraso de entes subnacionais. Desse total, R\$ 3,923 bilhões couberam ao estado do Rio de Janeiro, R\$ 2,919 bilhões a Minas Gerais, R\$ 1.334 bilhão ao Rio Grande do Sul e R\$ 844,33 milhões a Goiás.

O governo federal também cobriu garantias - ao longo de 2023 - do Maranhão (R\$ 681,40 milhões), de Pernambuco (R\$ 645,03 milhões), do Piauí (R\$ 334,22 milhões) e do Espírito Santo (R\$ 61,72 milhões). Em relação aos municípios, o Tesouro Direto quitou R\$ 32,82 milhões de dívidas em atraso de Taubaté (SP) e R\$ 240 mil de

Santanópolis. O número de estados com dívidas em atraso cobertas pelo Tesouro caiu em 2023. Em 2022, além dos estados acima, tiveram garantias honradas pela União Alagoas e Rio Grande do Norte.

As garantias honradas pelo Tesouro são descontadas dos repasses da União aos entes federados - como receitas dos fundos de participação e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), dentre outros. Sobre as obrigações em atraso incidem juros, mora e outros custos operacionais referentes ao período entre o vencimento da dívida e a efetiva honra dos valores pela União.

Nos últimos anos, decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) impediram a execução das contragarantias de vários estados em dificuldade financeira. Posteriormente, a corte mediou negociações para a inclusão ou a continuidade de governos estaduais no regime de recuperação fiscal (RRF), que prevê o parcelamento e o escalonamento das dívidas com a União em troca de um plano de ajuste de gastos. Nos últimos anos, Goiás, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul fecharam acordos com o governo federal.

No início da pandemia de covid-19, a corte concedeu liminar para suspender a execução de garantias em diversos estados. Algumas contragarantias de Minas Gerais também não foram executadas por causa de liminares concedidas pelo

Com a adesão do estado do Rio de Janeiro ao RRF, no fim de 2017, o estado pôde contratar novas operações de crédito com garantia da União, mesmo estando inadimplente. No fim de 2020, o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu liminar mantendo o Rio de Janeiro no regime de recuperação fiscal.

Em junho do ano passado, o estado, em acordo mediado pelo STF, concluiu as negociações com a União para continuar no RRF.

Também em junho de 2022, o Rio Grande do Sul fechou acordo com a União e teve o plano de recuperação fiscal homologado. O plano permite que o estado volte a pagar, de forma escalonada, a dívida da União, cujo pagamento estava suspenso por liminar do Supremo Tribunal Federal desde julho de 2017. Em troca, o governo gaúcho deverá executar um programa de ajuste fiscal que prevê desestatizações e reformas para reduzir os gastos locais.

Em maio de 2020, o STF autorizou o governo de Goiás a aderir ao pacote de recuperação fiscal em troca da adoção de um teto de gastos estadual. Em dezembro de 2021, Goiás assinou a adesão ao RRF, que permite a suspensão do pagamento de dívidas com a União em troca de um plano de ajuste de gastos.

O único estado endividado a não ter aderido ao RRF é Minas Gerais. Em julho do ano passado, o ministro Nunes Marques, do STF, concedeu liminar que permite ao estado negociar um plano de ajuste com a União sem a necessidade de reformar a Constituição estadual. No mesmo mês, o Tesouro Nacional publicou uma portaria autorizando o governo mineiro a elaborar uma proposta que oficialize o ingresso no programa.

Atualmente, a Assembleia Legislativa de Minas analisa um projeto de lei do RRF estadual. No fim de novembro, o governo concordou com a proposta do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, de federalizar as estatais locais para pagar das dívidas do estado com a União. (Agencia Brasil)

Paraná bate recorde em novembro e formaliza 15 mil contratações via rede Sine

O desempenho das Agências do Trabalhador e postos avançados de atendimento em novembro consolidou o Paraná na liderança do ranking nacional de empregabilidade via sistema Sine. Segundo dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego e divulgados pela Secretaria estadual do Trabalho, Qualificação e Renda, foram intermediados 15.064 contratos, o melhor resultado no Estado em 2023, com crescimento de 60% em relação ao mesmo período do ano passado (9.418 contratações) e de 19% em relação a outubro deste ano (12.567 intermediações).

O melhor resultado até então tinha sido em agosto, com 14.705 vagas. Com esse número, o Para-

ná ficou à frente de São Paulo (5.561), Ceará (4.770) e Rio Grande do Sul (4.146) em novembro.

As cidades que mais intermediaram mão de obra através das Agências do Trabalhador foram Curitiba (1.040), Toledo (663), Campina Grande do Sul (598), Cascavel (589), Francisco Beltrão (508), Pato Branco (451), São José dos Pinhais (441), Rolândia (392), Assis Chateaubriand (327), Campo Largo (309), Marechal Cândido Rondon (270), Paranavaí (234), Medianeira (223), Guarapuava(212), Apucarana (189), Umuarama (184), Dois Vizinhos (183), Cianorte (174), Campo Mourão (156) e Mandaguari (153).

No acumulado do ano, a rede Sine do Paraná colocou 136.658 pessoas em vagas de emprego, também liderando o cenário nacional, nesse caso com o dobro de intermediações realizadas em São Paulo (59.616) e Ceará (48.545), por exemplo. O Rio Grande do Sul aparece em quarto com 29.255 e a Bahia fica em quinto com 27.675.

'As contratações no Paraná em novembro representam 28% do total de 54.003 contratos intermediados pela Rede Sine em todo o País. É um número muito expressivo", ressalta o secretário do Trabalho, Qualificação e Renda, Mauro Moraes. "O desempenho reflete uma série de ações adotadas pelo Governo do Estado para manter o Paraná como um celeiro de empregos. Caminhamos para chegar ao final do ano com mais de 150 mil pessoas empregadas por intermédio das Agências do Trabalhador, um número que nenhum outro estado pode alcançar".

O secretário lembra que na primeira quinzena de novembro, o Sine estadual chegou a intermediar 1.000 contratos de trabalho por dia útil, o que colaborou com o resultado obtido neste período. "Com um sistema totalmente digital de intermediação de mão de obra, o mais moderno do País, aliado aos mutirões e demais ações de empregabilidade que a pasta promove, tudo indica que as Agências do Trabalhador terão resultados ainda melhores no mês de dezembro",

Brasileiros ainda não sacaram R\$ 7,52 bilhões de valores a receber

Os brasileiros ainda não sacaram R\$ 7,52 bilhões em recursos esquecidos no sistema financeiro 10,01 e R\$ 100 correspondem a até o fim de outubro, divulgou na 25,71% dos correntistas. As quanquinta-feira (7), em Brasília, o Banco Central (BC). Até agora, o Sistema de Valores a Receber (SVR) devolveu R\$ 5,31 bilhões de um total de R\$ 12,83 bilhões postos à disposição pelas instituições financeiras.

As estatísticas do SVR são divulgadas com dois meses de defasagem. Em relação ao número de beneficiários, até o fim de outubro 16.847.044 correntistas haviam resgatado valores. Isso representa apenas 27,85% do total de 60.492.862 correntistas incluídos na lista desde o início do programa, em fevereiro do ano passado.

Entre os que já retiraram valores, 16.035.064 são pessoas físicas e 811.980 são pessoas jurídicas. Entre os que ainda não fizeram o resgate, 40.583.355 são pessoas físicas e 3.062.463 são pessoas jurídicas

A maior parte das pessoas e empresas que ainda não fizeram o saque têm direito a pequenas quantias. Os valores a receber de até R\$ 10 concentram 62,98% dos beneficiários. Os valores entre R\$ tias entre R\$ 100.01 e R\$ 1 mil representam 9,64% dos clientes. Só 1,68% tem direito a receber mais de R\$ 1 mil.

Depois de ficar fora do ar por quase um ano, o SVR foi reaberto em março de 2023, com novas fontes de recursos, um novo sistema de agendamento e a possibilidade de resgate de valores de pessoas falecidas. Em março, informou o Banco Central, foram resgatados R\$ 505 milhões esquecidos. Em outubro, foram retirados R\$ 178 milhões, queda em relação ao mês anterior, quando tinham sido resgatados R\$ 264 milhões.

A atual fase do SVR tem novidades importantes, como impressão de telas e de protocolos de solicitação para compartilhamento no Whatsapp e inclusão de todos os tipos de valores previstos na norma do SVR. Também haverá uma sala de espera virtual, que permite que todos os usuários façam a consulta no mesmo dia, sem a necessidade de um cronograma

dação da empresa.

res de pessoa falecida, com acesso para herdeiro, testamentário, inventariante ou representante legal. Assim como nas consultas a pessoas vivas, o sistema informa a instituição responsável pelo valor e a faixa de valor. Também há mais transparência para quem tem conta conjunta. Se um dos titulares pedir o resgate de um valor esquecido, o outro, ao entrar no sistema, conseguirá ver as informações: como valor, data e CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) de quem fez o pedido

Também foram incluídas fontes de recursos esquecidos que não estavam nos lotes do ano passado. Foram acrescentadas contas de pagamento pré ou póspaga encerradas, contas de registro mantidas por corretoras e distribuidoras encerradas e outros recursos disponíveis nas instituições para devolução.

Além dessas fontes, o SVR engloba os seguintes valores, já disponíveis para saques no ano

por ano de nascimento ou de fun- passado. Eles são os seguintes: contas-corrente ou poupança en-Além dessas melhorias, há a cerradas; cotas de capital e rateio possibilidade de consulta a valo- de sobras líquidas de ex-participantes de cooperativas de crédito; recursos não procurados de grupos de consórcio encerrados: tarifas cobradas indevidamente; e parcelas ou despesas de operações de crédito cobradas indevidamente.

O Banco Central aconselha o correntista a ter cuidado com golpes de estelionatários que alegam fazer a intermediação para supostos resgates de valores esquecidos. O órgão ressalta que todos os serviços do Valores a Receber são totalmente gratuitos, que não envia links, nem entra em contato para tratar sobre valores a receber ou para confirmar dados pessoais.

O BC também esclarece que apenas a instituição financeira que aparece na consulta do Sistema de Valores a Receber pode contatar o cidadão. O órgão também pede que nenhum cidadão forneça senhas e esclarece que ninguém está autorizado a fazer tal tipo de pedido. (Agen-

Blocos ofertados pela ANP ameaçam unidades de conservação, diz estudo

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) realiza seu 4º Ciclo de Oferta Permanente de Concessão de blocos petrolíferos no próximo dia 13. O leilão, no entanto, recebeu críticas do Instituto Arayara, organização não governamental que defende o uso de recursos naturais de forma sustentável.

Um estudo divulgado na quarta-feira (6), pelo Instituto, mostra que vários dos mais de 600 blocos ofertados na rodada apresentam ameaças socioambientais. De acordo com o levantamento, por exemplo, 23 blocos estão sobrepostos a 15 unidades de conservação. Há ainda outras unidades em que os blocos estão sobrepostos a suas áreas de amorteci-

Com isso, segundo o estudo, 366 quilômetros quadrados de unidades de conservação estão ameaçados diretamente pela exploração e produção petrolíferas. São áreas como a Área de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais, no Nordeste, o Parque Estadual de Itaúnas e a Reserva Biológica de Comboios, ambos no Sudeste.

"Isso inclui áreas com potencial biológico e ecológico icônicos no país. A APA Costa dos Corais, por exemplo, é a maior área marinha protegida do Brasil. Ela tem 11 blocos de petróleo sobrepostos à sua porção sul, no litoral de Alagoas", afirma Vinicius Nora, gerente de Oceanos e Clima do instituto.

O estudo também destaca que 11 blocos estão sobrepostos aos montes submarinos das cadeias oceânicas de Fernando de Noronha e Norte Brasileira, que não são uma área protegida, mas apresentam ecossistemas de recifes de

corais com grande biodiversida-

Em fevereiro deste ano, o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste (Cepene), vin-culado ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), já havia divulgado uma nota alertando para o risco de desastre ecológico, caso haja exploração de petróleo na re-

Em outubro, a Agência Brasil noticiou que pesquisadores do Cepene e da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) defendem a criação de uma área de proteção ambiental nas duas cadeias

Segundo o levantamento do Arayara, no total 94 blocos ofertados se sobrepõem a ambientes coralíneos prioritários para a preservação, previstos no Plano de Ação Nacional (PAN) de Corais.

O estudo prossegue alertando para a ameaça a 23 terras indígenas, que têm 15 blocos ofertados em suas áreas de influência direta. "São 47 mil quadrados de área de influência direta de terras indígenas que estão afetadas na nossa análise, podendo impactar quase 22 mil indígenas. Até o momento, nenhuma dessas comunidades foi consultada", explica

Além desse fato, 12 blocos se sobrepõem a cinco territórios quilombolas, onde vivem 5,6 mil pessoas. Segundo o Instituto Arayara, aqui tampouco as comunidades foram consultadas. "Obviamente há uma falta de cuidado com as comunidades tradicionais nesse caso".

Há ainda, segundo o Arayara, riscos geológicos associados. Alguns blocos, no litoral de Ala-

goas, por exemplo, estão próximos da mina de sal-gema da Braskem, a qual está provocando afundamento do solo.

"Tem blocos ofertados nesse certame, com distância de 2,4 quilômetros dessa área que está em risco. Obviamente ainda carece de mais informações, mas o risco da área é muito evidente. Precisa de mais estudos, precisa de mais consultas, já que é uma região que está passando por uma situação super delicada", diz Nora.

Por meio de nota, a ANP informou que seu diretor-geral, Rodolfo Saboia, se reuniu na quarta-feira (6) com representantes do Instituto Arayara. Eles conversaram sobre os próximos ciclos de oferta permanente, mas o estudo não foi entregue à agência, de acordo com a ANP.

Segundo a agência, quaisquer estudos encaminhados formal-

mente pelo Instituto serão anali-

AANP informou que, conforme previsto em resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), o planejamento de outorga das áreas oferecidas na rodada de licitação levará em conta conclusões de estudos multidisciplinares de avaliações ambientais.

"Para as áreas cujos estudos não tenham sido concluídos, as avaliações sobre possíveis restrições ambientais serão sustentadas por manifestação conjunta do Ministério de Minas e Energia (MME) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Sendo assim, os órgãos ambientais se manifestam oportunamente, na manifestação conjunta, antes da inclusão das áreas no edital", informa nota da ANP. (Agencia Brasil)



Haddad e Pacheco pedirão à Justiça prazo extra para Minas pagar dívida

Operação El Patron investiga grupo que lavava dinheiro

A Polícia Federal, Receita Federal, Ministério Público e Força Correcional Integrada da Bahia deflagraram na quinta-feira (7) a Operação El Patron, com o objetivo de desarticular uma organização criminosa especializada na lavagem de capitais de atividades ilícitas como jogo do bicho, agiotagem, extorsão e receptação qualificada. Os suspeitos teriam envolvimento também com milicianos.

Segundo os investigadores, o grupo atuaria em Feira de Santana e outras cidades vizinhas, na Bahia. Dez mandados de prisão preventiva e 33 mandados de busca e apreensão foram expedidos pela 1º Vara Criminal de Feira de Santana, que determinou também o bloqueio de mais de R\$ 700 milhões das contas bancárias dos suspeitos e o sequestro de 26 propriedades urbanas e

Seis empresas tiveram suas atividades suspensas. A operação conta com a participação de 200 policiais federais e estaduais; 15 auditores fiscais e seis analistas tributári-

De acordo com a PF, a investigação teve início após recebimento de ofício do Ministério Público da Bahia relatando "graves ilícitos penais que estariam sendo perpetra-

Durante as diligências, foram encontrados indícios que levantaram suspeitas do envolvimento dos investigados com um grupo miliciano. Estrutura e poderio econômico ficaram evidentes, segundo as inves-

"O chefe da organização atualmente é detentor de foro por prerrogativa de função e, com isso, fazse necessário esclarecer que, desde 2018, o Supremo Tribunal Federal vem entendendo que parlamentares serão processados e julgados pela justiça de primeiro grau em caso cometimento de crimes antes da diplomação do cargo e desconexo a ele", informou em nota a PF. Inconsistências fiscais foram apontadas pela Receita Federal, bem como movimentação financeira incompatível, o que abrange também propriedade de bens móveis e imóveis não de-

"Observou-se a participação de três policiais militares do estado da Bahia, os quais integrariam o braço armado do grupo miliciano, cujas atribuições seriam de efetuar cobranças, mediante violência e grave ameaça, de valores indevidos oriundos de jogos ilícitos e empréstimos a juros excessivos", complementa a PF. (Agencia Brasil)

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG), anunciaram, na quinta-feira (7), que pedirão à Justiça um prazo adicional para o pagamento da dívida bilionária do estado de Minas Gerais com a União. O prazo original terminará em 20 de dezembro e o novo prazo solicitado vai até 31 de março de 2024,

O anúncio foi feito após reunião na residência oficial do Senado Federal, na manhã da quinta-feira (7), que contou com as participações do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e do coordenador da bancada de Minas Gerais no Congresso Nacional, o deputado federal Luiz Fernando Faria (PSD/MG).

Ao sair do encontro, Haddad criticou a falta de alinhamento do governador de Minas Gerais,

Romeu Zema (Partido Novo), com o Legislativo federal e com a União para a solução da pendência financeira e citou, especificamente, as demonstrações públicas de atrito com o senador do mesmo estado, Rodrigo Pacheco, presidente do Senado. "Inexplicavelmente, o Zema, ao invés de se aliar ao presidente Pacheco para resolver o problema, o ataca nas redes sociais e na imprensa. Alguém que foi o único mineiro com autoridade a tomar providências em relação a isso. Então, na minha opinião, o governador Zema não ajuda com esse tipo de conduta", opinou o ministro.

Apesar das críticas, o ministro da Fazenda sinalizou que, se o governador mineiro estiver disposto, uma solução conjunta poderá ser construída, mesmo que não seja simples porque, entre outas questões, envolve o pacto federativo.

O ministro fez um apelo ao chefe do Executivo mineiro. "Fica o apelo para que o governador Zema adote uma posição mais construtiva, menos conflitiva com o presidente do Congresso Nacional, que, afinal, é quem vai deliberar sobre o tema. Porque, qualquer que seja o acordo, vai ter que passar pelo Senado Federal. E a pior coisa que ele (Zema) pode fazer, não tendo feito nada durante cinco anos, é agredir aquele que vai pautar o acordo que for fechado com a Fazenda Nacional e com o governo federal"

Haddad confirmou que as tratativas para este pedido de adiamento do pagamento da dívida mineira até 31 de marco já estavam sendo realizadas com o vice-governador de Minas Gerais, Mateus Simões, devido à ausência de Zema.

Em entrevista coletiva após

o encontro, o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, avaliou que a proposta discutida com o ministério da Fazenda poderá equacionar a dívida estadual mineira e não apenas adiar o pagamento dela.

Em 22 de novembro, Rodrigo Pacheco já tinha entregue ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva texto alternativo para adesão do estado ao Regime de Recuperação Fiscal para renegociação da dívida com o governo federal avaliada em torno de R\$ 160 bilhões.

O senador afirmou que esta é uma opção diante do projeto de lei que está sendo discutido na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, porque, segundo Pacheco, o texto estadual traz prejuízos aos servidores públicos do estado e prevê a venda de estatais estaduais à iniciativa privada. (Agencia Brasil)

Petrobras reduz preço do diesel às distribuidoras nesta sexta-feira

A Petrobras vai reduzir em R\$ 0,27 por litro o preço médio de venda de diesel A para as distribuidoras. O valor passará a ser de R\$ 3,78 por litro já a partir desta sexta-feira (8). A medida foi anunciada na quinta-feira (7) pela estatal. No ano, a redução acumulada soma R\$ 0,71 por litro, o equivalente a

De acordo com a Petrobras, o ajuste é resultado da análise dos fundamentos dos mercados externo e interno, frente à estratégia comercial da companhia, implementada em maio de 2023, em substituição à política de preços anterior, e que "passou a incorporar parâmetros que refletem as melhores condições de refino e logística da Petrobras na sua precificação".

Ao considerar a mistura obrigatória de 88% de diesel A e 12% de biodiesel para a composição do diesel comercializado nos postos, a parcela da Petrobras no preço ao consumidor cairá R\$ 0,24 por litro e passará a ser, em média, R\$ 3,33 a cada litro vendido na bomba. Com isso, o preço médio do diesel A S10 nas bombas poderá atingir valor de R\$ 5,92 por litro, considerando que o Levantamento de Preços de Combustíveis da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para a semana de 26 de novembro a 2 de dezembro indicou valor médio de R\$ 6,16 por litro.

A Petrobras lembra que o valor cobrado ao consumidor final no posto é afetado por outros fatores, como impostos, mistura de biocombustíveis e margens de lucro da distribuição e da revenda. "Daí, esta estimativa ter propósito meramente referencial, mantidas constantes as demais parcelas que compuseram os preços ao consumidor naquele período".

A companhia destacou, também, que cabe às autoridades competentes realizar ações de fiscalização, autuação e penalização de práticas abusivas ou lesivas ao consumidor.

No momento, a Petrobras está mantendo estáveis seus preços de venda de gasolina às distribuidoras, tendo em vista o último movimento realizado em 21 de outubro, de redução de R\$ 0,12 por litro. No ano, os preços de gasolina A da Petrobras para as distribuidoras acumulam queda de R\$ 0,27 por litro, o equivalente a 8,7%.

Para o GLP (gás de cozinha), os preços de venda às distribuidoras permanecem estáveis desde o dia 1° de julho. No ano, os preços do gás de cozinha para as distribuidoras acumulam retração equivalente a R\$ 10,40 por botijão de 13 kg, ou 24,7%.

A companhia reiterou que na formação de seus preços "busca evitar o repasse da volatilidade conjuntural do mercado internacional e da taxa de câmbio, ao passo que preserva um ambiente competitivo salutar nos termos da legislação vigente". (Agencia Brasil)

vivo **LEILOES ON LINE FRAZÃO**

Data: 11 de dezembro de 2023 às 14h00

APARELHOS CELULARES DE **DIVERSAS MARCAS E MODELOS**

CADASTRE-SE ANTECIPADAMENTE PARA PARTICIPAR DO LEILÃO OBS: TODOS OS LOTES SÃO DE CELULARES/MODEMS/ACESSÓRIOS USADOS

E SUCATA, SEM GARANTIA DE TROCA/FUNCIONAMENTO ições pelo telefone: 11- 3550-4066, 94173-1982, ou pelo e-mail

eduardo@frazaoleiloes.com.br, ou www.FrazaoLeiloes.com.br Carlos Eduardo Luis Campos Frazão JUCESP nº 751

11º Leilão de Arte & Antiguidades Osvaldo Aparecido Costi, Leiloeiro Oficial JUCESP 1323, comunica que será realizado o 11º Leilão de Arte & Antiguidades catálogo 39220 nos dias 09 e 12 de dezembro. no site www.gmleiloes.com.br Informações (11) 94435-0642 ou diretoriagmleiloes@gmail.com EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSÓ № 1083185-75.2021.8.26.0100 O(A) MM. Juliz(a) de Direito da 2º Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dír(a). Carolina Pereira de Castro, na forma da Lei, etc. FA2 SABER a(o) Terezinha de Jesus Felix, Milian Aparecida Felix des Tadeu Felix, Maríl Aparecida Felix des Conselas Felix, Maríl Aparecida Felix des Conselas Felix, Maríl Aparecida Felix des Conselas Felix des Carolina Pereira, Maríl Aparecida Ferreira, Maríl Aparecida Ferreira, Florisbela Lucia Silva Gomes, Camen Lucia Aparecida Ferreira, Maríl Punti Sanchez, Roberto Carlos Baldrez, Rosana Suelem Baldrez, José Luis Alves da Costa, Lidia Rauseo, Espólio de Julieta Xavier de Oliveira Santos, e Paulo Cezar dos Santos Araújo, réus ausentes, incentos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que LUIZ, registrado civilmente como Luiz Antonio Mesquita ajuizou/(ram) ação de USUCAPIAO, visando declaração de domínio sobre imóvel situado na Travessa Flexierias, 70 (x) Vila Fachini, São Paulo/SP, CEP 04325-005, alegando posse mansa e pacifica no prazo legal Estando em termos, expedese o presente edital para citação dos supramencionados para mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expue-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o feu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, po un tendo publicado a fuma da la 1900. extrato, afixado e publicado na forma da lei

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO № 1024149-71.2022.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). ANDERSON CORTEZ MENDES, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) PATRICIA DAMIANO, Brasileira, Casada, Vendedora CPF 29240649883, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Sociedade Beneficente de Senhoras - Hospital Sírio-libanês, objetivando condenar a ré ao pagamento de R\$ 29.087,11 (04/2022), corrigidos e acrescidos de encargos legais, referentes aos débitos das Notas fiscais de prestação de serviços nº 02322747, 02322893 e 02496844. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especia Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nest cidade de São Paulo, aos 11 de outubro de 2023.

EDITAL DE INTIMAÇÃO. Processo Digital nº: 0019077-41.2013.8.26.0001. Classe: Assunto: Execução de Titulo Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: BANCO DO BRASIL S/A. Executado: Willivit Transporte Turismo, Locação e Logistica Ltda - ME e outro. Edital de intimação de penhora. Prazo 15 dias. Processo nº: 0019077-41.2013.8.26.0001. A Dra: CARINA BANDEIRA MARCARIDO PAES LEME, Juíza de Direito da 7º Vara Cível - Foro Regional I - Santana, Faz Saber a WILLVIT TRANSPORTE TURISMO, LOCAÇÃO E LOGISTICA LTDA - ME, CNDJ: 09.175.466/0001-00 e PAULO EDUARDO SILVA, CPF: 372.056.398-75 que Banco do Brasil S/A lhe ajuízou ação de Execução de Titulo Extrajudicial, para cobrança da quantia de R\$ 236.184.57 (abril de 2013). Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferido a PENHORA pelo presente EDITAL, intime-se o executado da penhora realizada do valor de R\$ 484,04. Será o presente edital, por extrato, atixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 30 de junho de 2023.

13ª Vara Civel do Foro Central da Capital/SP, 13º Oficio Civel. Edital de Citação. Prazo: 20 dias. Processo nº 1132680-54.2022.8.26.0100. A Dra. Tonia Yuka Koroku, Juíza de Direito da 13ª Vara Civel do Foro Central da Capital/SP, Faz Sabel a Caroline Chow (CPF. 382.615.258-13), que Hospital e Maternidade São Luiz S/A - Unidade Itaim Ihe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R\$ 19.878.17 (novembro de 2022), decorrente da prestaçã coorainça, de ritoceminento colimin, todervantou a qualitud de 7,350,761,70 (movembro de 2222), deconênte da plestaça de serviços médico-hospitalar, conta nº 54.377.962. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edita para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fato alegados. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especia Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. SP, 01/11/2023.

EDITAL DE CITAÇÃO, Processo Digital nº: 1014542-96,2020.8.26,0004, Classe: Assunto: Procedimento Comum Cíve EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1014542-96.2020.8.26.0004. Classe: Assunto: Procedimento Comum Civel. Serviços Hospitalares. Requenente: Sociedade Beneficente São Camilo. Requerido: Alessandro Augusto Prata. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1014542-96.2020.8.26.0004. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1º Vara Civel, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr(a). LUCIA HELENA BOCCHI FAIBICHER, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a ALESSANDRO AUGUSTO PRATA, Brasileiro, Divorciado, Assessor, CPF 16425292814, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Civel por parte de Sociedade Beneficente São Camilo, objetivando a quantia de R\$ 3.174,68 (dezembro de 2020), decorrente do Recibo Provisório de Serviço n° 237994. Encontrando-se o réu lugar incerto na osabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o rêu será considerado revel, caso em que será nomeado curador espocial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 30 de novembro de 2023.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1008046-26.2021.8.26.0001. Classe: Assunto: Procedimento Comum CivelPrestação de Serviços. Requerente: Sociedade Beneficente São Camilo. Requerido: Wilson Rogelio Saavedra Mayta.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1008046-26.2021.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da

9º Vara Civel, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Marcelo Tsuno, na forma da Lei, etc. FAZ SABER

a(o) WILSON ROGELIO SAAVEDRA MAYTA, Boliviano, Casado, Comerciante, RG 620266-U, CPF 22923202821, com
endereço à Rua Brigadeiro Tobias, 300, Centro, CEP 01032-000, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de
Procedimento Comum Civel por parte de Sociedade Beneficente São Camilo, alegando em sintese que o paciente, ora Rêu,
compareçou às dependências do Hospital Autor para alendimento médico particular, sem quitar acepesas decorrentes compareceu às dependências do Hospital Autor para atendimento médico particular, sem quitar as despesas decorrente do atendimento. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para o atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edita apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curado especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidad de São Paulo, aos 22 de novembro de 2023.

RICARDO NAHAT. Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, FAZ SABER a todos que o presente edital virem e interessar possa que, por Alexsandro Grauber, foi lhe apresentado pela plataforma da ONR, para registro, a escritura de 27 de outubro de 2023 do 14º Tabelião de Notas da Capital-SP (livro 6683/fls. 217), pela qual JOSÉ RUBENS VIVIAN SCHARLACK, advogado, RG nº 28.745.174-4-SSP/SP, CPF nº 097.761.968-02, casado no regime da separação total de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, conforme pacto antenupcial registrado sob nº 10.232 no 2º Oficial de Registro de Imóveis desta Capital, com MARIANA D'ANGELO CAUCHIOLI, fisioterapeuta RG nº 32.578.356-SSP/SP, CPF nº 310.938.218-09, brasileiros, domiciliados nesta Capital, residentes na Rua Graúna nº 379, aptº 74, Moema, INSTITUIU EM BEM DE FAMÍLIA de acordo com os artigos 1.711 e seguintes do Código Civil Brasileiro, bem como de conformidade com a Lei 6.015/73, o imóvel consistente em UM APARTAMENTO nº 74, localizado no 7º andar ou 8º pavimento, com a área útil de 109,5100m², mais a área de 23,5280m², correspondente as coisas de propriedade a uso comum totalizando a área de 133,0380m², e mais a área ideal construída de 36,4600m², que corresponde a uma vaga na garagem coletiva, situada no 1º e 2º sub-solo e andar térreo ou 1º pavimento, totalizando a área vendável de 169,4980m², correspondendo-lhe a essa unidade a fração ideal de 2,249577m², ou seja 2,249577%, do Edifício Graúna, situados na Rua Graúna nº 379. Perfeitamente registrado sob o n° 15, na matrícula n° 48.371 em 15 de julho de 2010. Pelo presente edital, fica avisado a quem se julgar prejudicado que deverá dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação deste na imprensa local, reclamar contra a aludida instituição, por escrito, perante o Oficial deste Registro Imobiliário, à Rua Jundiaí nº 50, 7° andar, das 9 às 16 horas. São Paulo, 01 de dezembro de 2023.

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 0000387-57.2020.8.26.0020. A MM. Juíza de Direito da 6º Vara Cível, do Foro Regional XII - Nossa Senhora do Ó, Estado de São Paulo, Dra. Sabrina Salvadori Sandy Severino, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Edson Sabino Teixeira (CPF. 272.984.638-70), que nos autos 6 incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica, extraído da ação de Execução, ajuizada por Spal Indicstria Brasileira de Bebidas S/A, em face de Edson Sabino Teixeira - Bebidas e Alimentos - Eireli (CNPJ 19.678.781/0001-04), foi deferida a CITAÇÃO por edital, para que em 15 días, a fluir dos 30 días supra, manifeste-se sobre o pedido de desconsideração da personalidade jurídica da empresa Sabino Teixeira - Bebidas e Alimentos - Eireli (CNPJ 19.678.781/0001-04), requerendo as provas pur nuce de etripresa deuniu retxetta - Debudas e Alimentos - Eiren (CNPJ 19.6/8./81/0001-04), requerendo as prova cabíveis. Estando o requerido em lugar ignorado, expede-se edital, o qual será afixado e publicado na forma da le Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito, nos molde do artigo 257, IV do CPC. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 4 de dezembro de 2023.

IONIC HEALTH TECHNOLOGIES S.A.

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2023 Data, hora, local: 31.08.2023, 10hs, na sede social, Estrada Doutor Altino Bondesan, 500, sala 1.103, Eugenio di vello, São José dos Campos/SP. **Presença**: Totalidade do capital social. **Mesa**: <u>Presidente</u>: José Leovigildo de Melc Coelho Filho; <u>Secretário</u>: Ricardo Esper. **Deliberações aprovadas**: (i) O aumento do capital social, no valor de R\$ 2.512.970,30, mediante a emissão de 3.536 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitida pelo preço unitário de **R\$ 710,70** por ação, calculado com base na expectativa de rentabilidade futura da **Compa-nhia**, nos termos do art. 170, §1º, inciso I, da Lei nº 6.404/76, declarando e reconhecendo, os acionistas, de forma ir-revogável e irretratável, que o referido preço foi definido em observância às disposições legais, sem diluição injustificada da participação acionária. A **GB Partners International Ltd.**, CNPJ nº 43.797.690/0001-64, com sede Tortola ıbscreve e integraliza, neste ato, o total das 3.536 **Novas Ações**, mediante aporte em dinheiro, moeda corrente na ional, no valor de R\$ 2.512.970,30, integralmente destinado à conta de capital social, valor este já totalmente inte ralizado e transferido para a **Companhia**. Ratificam que o capital social passará **de R\$11.533.129,67**, dividido em 144.243 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal <u>para</u> R\$14.046.099,98, dividido em 147.779 ações or inárias, nominativas e sem valor nominal. Os demais acionistas renunciam, expressamente, ao exercício dos respecti os direitos de preferência na participação do aumento do capital social, aprovando, a referida operação, em todos o eus termos e condições. (ii) Alterado a Cláusula 5ª do Estatuto: "Cláusula 5ª. O capital social da Companhia, total nente subscrito e parcialmente integralizado em dinheiro, moeda corrente nacional, é **R\$14.046.099,98**, dividido en 147.779 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de uma única classe e com direito a voto. §1º. Cada ação dinária confere ao seu titular o direito a 1 voto nas Assembleias Gerais de Acionistas, cujas delib das na forma do presente Estatuto Social, da legislação aplicável e do Acordo de Acionistas. **§2º**. A propriedade da: ções será comprovada pela inscrição do nome do Acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas". **§3º**. As rçues sera comprovada pela inscrição do ninhe do Actorisa no invo de Registat de Ações Notiminatora. 3,3 - . . . Ções não poderão ser objeto de penhor, caução, alienação fiduciária ou qualquer outra forma de garantia, nem de issufruto ou fideicomisso, sem a anuência dos demais Acionistas e sem a estrita observância do Acordo de Acionistas da Companhia.". Nada mais. São José dos Campos/SP, 31.08.2023. <u>Mesa</u>: José Leovigildo de Melo Coelho Filho - Pre sidente e Ricardo Esper - Secretário. JUCESP nº 423.872/23-0 em 31.10.2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

IONIC HEALTH TECHNOLOGIES S.A.

CNPJ/ME n° 35.594.747/0001-08 - NIRE 35.300.590.929
Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 02 de Maio de 2023 Data, hora, local: 02.05.2023, às 10hs, na sede social, Estrada Doutor Altino Bondesan, nº 500, sala 1.103-A, Euge io de Mello, São José dos Campos/SP. <u>Presença</u>: Totalidade do capital social. <u>Mesa</u>: <u>Presidente</u>: José Leovigildo d Melo Coelho Filho; e <u>Secretário</u>: Ricardo Esper. **Deliberações Aprovadas**: (i) O aumento do capital social em R\$1.212.108,34, mediante a emissão de 1.902 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preçcunitário de emissão de R\$637,28, calculado com base na expectativa de rentabilidade futura da **Companhia**, nos ter mos do art. 170, §1°, inciso I, da Lei nº 6.404/76, declarando e reconhecendo, os acionistas, de forma irrevogável e ir retratável, que o referido preço foi definido em observância às disposições legais, sem diluição injustificada da partici-pação acionária; As **Novas Ações** são, neste ato, integralmente subscritas e integralizadas da seguinte forma pelos se-guintes acionistas: *(a)* A **GB Partners International Ltd.**, CNPJ nº 43.797.690/0001-64, com sede em Tortola, neste to representada na forma de seu Memorandum of Association, subscreve e integraliza, neste ato, o total de 1.883 no as ações, mediante aporte em dinheiro, no valor de R\$1.200.000,00, integralmente destinado à conta de capital so-ial, valor este já totalmente integralizado e transferido para a Conta-Corrente de titularidade da **Companhi**a; e (b) o ir. Flávio Cipriano da Fonseca Lanes, brasileiro, casado, médico, carteira de identidade profissional nº 6.713, exedida pelo CRM/ES, CPF nº 004.100.467-10, residente em Vitória/ES, subscreve e integraliza, neste ato, o total de 19 ovas ações, mediante aporte em dinheiro, em moeda corrente nacional, no valor de R\$12.108,34, valor este já total-nente integralizado e transferido para a Conta-Corrente de titularidade da **Companhia**. Ratificam que o capital social assa <u>de</u> R\$6.684.894,89, <u>para</u> R\$7.897.003,23, dividido em 138.204 ações ordinárias, nominativas e sem valor no minal. Os demais acionistas renunciam, expressamente, ao exercício dos respectivos direitos de preferência na partici pação do aumento do capital social, aprovando, integralmente, a referida operação, em todos os seus termos e condi cões. *(ji).* A nova redação da Cláusula Quinta do Estatuto Social: "*Cláusula Quinta — O capital social da Companhia* totalmente subscrito e parcialmente integralizado em dinheiro, moeda corrente nacional, é de R\$7.897.003,23, dividido em 138.204 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de uma única classe e com direito a voto. § 1º -Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 voto nas Assembleias Gerais de Acionistas, cujas deliberaçõe serão tomadas na forma do presente Estatuto Social, da legislação aplicável e do Acordo de Acionistas. § 2º - A pro-priedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do Acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas" § 3º - As ações não poderão ser objeto de penhor, caução, alienação fiduciária ou qualquer outra forma de garantia em de usufruto ou fideicomisso, sem a anuência dos demais Acionistas e sem a estrita observância do Acordo de Acio nistas da Companhia." (iji) Ficam os Diretores autorizados a praticarem todos os atos necessários. Nada mais. São José dos Campos/SP, 02.05.2023. JUCESP nº 387.071/23-4 em 27.09.2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ERRATA

Copart do Brasil Organização de Leilões Ltda. CNPJ - 15.517.191/0006-82 Miguel Donha Jr - Leiloeiro Oficial

www.donhaleiloes.com

Conforme publicação no dia 16/05/2023 no Jornal O Dia SP, faltou incluir o veículo: Leilão N.º: 7535 - Lote N.º 2 - 16/05/2023 Sinistro: 101230531011344 Chassi: 9BD196263F2225113

Matricula: 14/256L - Jucepar

www.jornalodiasp.com.br

Edital de Citação-com prazo de 20dias Proc. nº 1134579-87.2022.8.26.0100 A Doutora Fernanda Augusta Jacó Monteiro, MMa. Juiza de Direño da 27ª Vara Civel do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP. FAZ SABER a Softwrap Desenvolvimento de Sistemas Lida CNPJ 31.544.347/0001-29, que neste Juizo processeam-se os autos da ação MONITORIA, movidos por BANCO. ABC DO BRASIL SIA, dos quais se extrai o presente edital para o firm de citar a executada, atualmente em lugar ignorado, para que no prazo de 15 dias, contados após o término do prazo do presente, promova o pagamento da divida executada no valor de R\$ 183.576.90, mais custas processuais e honorários advocaticios a base de 5% sobre o valor atualidad do débito, lendo por objeto o inadimplemento da divida registrada no extrato da c/c 0022515870 comprovam a contratação e a utilização do limite de cheque empresaria pela parte Requerida, ou no mesmo prazo oferea embargos, sob pena de ser constituído de pleno direito o título executivo judicial, nomeando-se curador especial em caso de revella. Será o edital afixado e publicado na torna da la MADA MAIS Daña posesed no este crista de São Paulio as en 56 de dezembro de 2073.

EDITAL DE INTIMAÇÃO-PRAZO DE 20 DIAS PROCESSO Nº **0013774-94.2023.8.26.0001** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9º Varra Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Marcelo Tsuno, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Az Multimarcas de Veiculos Lida (ADP-10.0.917.337/0001-68), situado Rodovia Salvador de Leone, 3087 Ernbu Miltim, CEP 06853-000 - ltapecerica da Serra-SP-que por este Juizco, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Zenaíde Rodrígues Miranda da Silva. Egoontrando-se o rêu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, \$2º, IV do CPC, que foi determinada a sua INTIMA-CAQ por EDITAL para que, no prazo de 15(quinze)dias úteis, que fluirá apõe o decurso do prazo do presente edital, paque a quantia de R\$19.135, 25, devidamente átualizada, sob pade de multa de 10% sobre o valor do debito e honorários advocaticos de 10% (artis po 523 e parágrafos, do Código de Processo Civi), Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civi), Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 526 do Código de Processo Civi, a ciente, ainda, que nos termos do artigo 526 do Código de Processo Civi, iranscorndo o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15(quinze)dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação apresente, nos profrois autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 28 de setembro de 2023, 107,81

Edital para conhecimento de terceiro, Processo nº 1007232-04.2018.8.26.0006, da 1ª Vara da Família e Sucessões do Edital para conhecimento de terceiro, Processo nº 1007232-04.2018.8.26.0006, da 1ª Vara da Família e Sucessões do Foro Regional VI – Penha de França/SP. Assim, ante o exposto, decreto a interdição de Daniel Vior Modesto Dias, RG 44.598.150, CPF 215.475.178-40, filho de Miguel Daniel Dias e Santina Modesto Dias, nascido em quatorze de abril de mil novecentos e oitenta e nove (14.04.1989), Solteiro, natural de São Paulo-SP, com domicilio em Rua Guilherme Rudge, com registro de nascimento junto ao Oficio de Registro Civil das Pessoas Naturais de São Miguel Paulista – SP (nº 118190 01 55 1989 1 00275 155 0168818-79), recaindo a curatela exclusivamente sobre os atos da vida civil de natureza patrimonial ou negocial, mantendo se imunes os demais aspectos da capacidade civil do(a) requerido(a), especialmente os arrolados no artigo 6º do Estatuto da Pessoa com deficiência. De acordo com o artigo 1775 de Código Civil, nomeio-lhe curador(a), Santina Modesto, RG 96398097, CPF 029.398.708-45, Divorciada, com domicilio em Rua Guilherme Rudge, 98, Vila São Geraldo - CEP 03608-010, São Paulo-SP, ficando cientificada das competências e obrigações contidas nos artigos 1.746, 1.747, 1.748, 1.749 e 1.750 do Código Civil.

IONIC HEALTH TECHNOLOGIES S.A. CNPJ/ME n° 35.594.747/0001-08 - NIRE 35.300.590.929

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE FEVEREIRO DE 2023
Data, hora, local: 14.02.2023, às 10h, na sede social, Estrada Doutor Altino Bondesan, nº 500, sala 1.103, São José
los Campos/SP. <u>Presença</u>: A totalidade do capital social. <u>Mesa</u>: <u>Presidente</u>: José Leovigildo de Melo Coelho Filho; e <u>cretário</u>: Ricardo Esper. **Deliberações Aprovadas:** (i) O aumento do capital social, no valor de R\$ 1.200.000,00 ediante a emissão de 2.284 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas pelo preço unitário le R\$ 525.394 por ação, calculado com base na expectativa de rentabilidade futura, nos termos do art. 170, §1º, incisc da Lei nº 6.404/76, declarando os acionistas, que o preço foi definido em observância às disposições legais, sem iluição injustificada da participação acionária. A **GB Partners International Ltd.**, CNPJ 43.797.690/0001-64, com sede no Yamraj Building, Ground Floor, Road Town, Tortola, representada na forma de seu Memorandum of Associa ion, subscreve e integraliza, neste ato, o total das 2.284 novas ações, mediante aporte em dinheiro, moeda corren accional, no valor de R\$ 1.200.000,00, integralmente destinado à conta de capital social, valor este já totalmen tegralizado e transferido para a Conta-Corrente de titularidade da **Companhia**. Ratificam que o capital social passa de R\$5.125.000,00, dividido em 133.333 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal **para** R**\$**6.325.000,00, dividido em 133.333 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal **para** R**\$**6.325.000,00, dividido em 135.617 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Os demais acionistas renunciam, expressamente o exercício dos respectivos direitos de preferência na participação do aumento do capital social da Companhia. (ji) nova redação da Cláusula Quinta do Estatuto Social: "Cláusula Quinta - O capital social d**a Companhia**, totalmente ibscrito e parcialmente integralizado em dinheiro, moeda corrente nacional, é R\$ 6.325.000,00, dividido em 135.617 ções ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de uma única classe e com direito a voto. § 1º - Cada ação ordinária onfere ao seu titular o direito a 1 voto nas Assembleias Gerais de Acionistas, cujas deliberações serão tomadas na for-na do presente Estatuto Social, da legislação aplicável e do Acordo de Acionistas. § 2º - A propriedade das ações será omprovada pela inscricão do nome do Acionista no livro de "Registro de Acões Nominativas". § 3º - As acões não po erão ser objeto de penhor, caução, alienação fiduciária ou qualquer outra forma de garantia, nem de usufruto ou fide omisso, sem a anuência dos demais Acionistas e sem a estrita observância do Acordo de Acionistas da **Companhia**. (iii) Ficam os Diretores autorizados a praticarem todos os atos necessários à implementação. Encerramento: Nada is. São José dos Campos. 14.02.2023. JUCESP nº 387.069/23-9 em 27.09.2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral

IONIC HEALTH TECHNOLOGIES S.A.

CNPJ/ME n.º 35.594.747/0001-08 - NIRE 35.300.590.929
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE FEVEREIRO DE 2023 Data, hora, local: 17.02.2023, 10 hs, na sede social, Estrada Doutor Altino Bondesan, nº 500, sala 1.103, Eugenio (São José dos Campos/SP. <u>Presença</u>: totalidade do capital social. <u>Mesa</u>: <u>Presidente</u>: José Leovigildo de Melo Coelho Filho; Secretário: Ricardo Esper. Deliberações Aprovadas: (i) o aumento do capital social, mediante a emissão de 685 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço unitário de emissão de R\$ 875,9124, sendo R\$ 525,394 e a diferença de R\$ 350,5184 destinada à constituição de uma reserva de ágio, o que é estabelecido com base no art. 170, §1º, inciso I, da Lei nº 6.404/76, declarando e reconhecendo, os acionistas, de forma irrevogável e irretratá· vel, que o referido preço foi definido em observância às disposições legais, sem diluição injustificada da participação acionária; <u>(ii)</u> As Ações foram, neste ato, integralmente subscritas e serão integralizadas da seguinte forma pelo novo cionista, Sr. Flávio Cipriano da Fonseca Lanes, brasileiro, casado, médico, identidade profissional nº 6.713, CRM/ ES e CPF nº 004.100.467-10, residente em Vitória/ES, o qual subscreve a totalidade das 685 novas ações, pelo valor total de R\$ 600.000,00, que será por ele integralizado em 03 parcelas iguais, mensais e sucessivas no valor de R\$ 200.000,00 cada uma, sendo a 1º parcela devida e paga até o dia 20.02.2023 e as demais no mesmo dia dos meses sub-sequentes, mediante aporte em dinheiro, moeda corrente nacional, através de transferência bancária para a **Compa-nhia**, conforme ratificado no Boletim de Subscrição; (iii) ratificam o aumento de capital social, atualmente de R\$6.325,000,00, passando para R\$6.684.894.89, dividido em 136.302 ações ordinárias, nominativas e sem valor nomi nal, sendo certo que as **Novas Ações** são integralmente subscritas e serão integralizadas nos termos e condições descritos no Boletim de Subscrição, e o valor total subscrito e que será integralizado de R\$600.000,00 é composto da seuinte forma: (a) R\$ 359.894,89 são destinados à conta do capital da Companhia, e (b) R\$ 240.105,11 são destinados constituição da conta de reserva de ágio; <u>(iv)</u> Os demais acionistas renunciam, expressamente, ao exercício dos res-ectivos direitos de preferência na participação do aumento do capital social da **Companhia** ora deliberado, aprovando, integralmente, o ingresso do novo acionista e a referida operação, em todos os seus termos e condições. (<u>U</u>) a nova redação da Cláusula 5º do Estatuto Social: "<u>Cláusula 5º</u> – O capital social da **Companhia**, totalmente subscrito e paralmente integralizado em dinheiro, moeda corrente nacional, é de R\$ 6.684.894,89, dividido em 136.302 acões ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de uma única classe e com direito a voto. § 1º - Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 voto nas Assembleias Gerais de Acionistas, cujas deliberações serão tomadas na forma do resente Estatuto Social, da legislação aplicável e do Acordo de Acionistas. § 2º - A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do Acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas". § 3º-A sações não poderão ser objeto de penhor, caução, alienação fiduciária ou qualquer outra forma de garantia, nem de usufruto ou fideicomisso, sem a anuência dos demais Acionistas e sem a estrita observância do Acordo de Acionistas da **Companhia." (vi)** Ficam sos Diretores autorizados a praticarem todos os atos necessários à implementação do quanto deliberado nos itens ante-riores. **Encerramento:** Nada mais. São José dos Campos, 17.02.2023. **Mesa**: José Leovigildo de Melo Coelho Filho esidente, Ricardo Esper - Secretário. JUCESP 387.070/23-0 em 27.09.2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As integras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/

= Alpha Memorial S/A =

			CNPJ: 04.256.769/			
	Demo	onstrações Cont	ábeis encerradas em 31/12/2022 - Em mil			
		Balanço Patrimonial				
Ativo	dez/21	dez/22	Passivo			
Ativo Circulante			Passivo Circulante			
Caixa	_	_	Fornecedores			
Bancos c/Movimentos	2,00	2,00	Obrigações Tributárias			
Aplicação Financeira	190.452,32	2.464.893,48	Dividendos a Pagar			
Clientes	3.898,04	4.011,84	Contas a Pagar a Sócios			
Depósito Judicial	_	146.599,62	Total Passivo Circulante			
Impostos a Recuperar	1.310,81	1.310,81	Passivo Não Circulante			
Total Ativo Circulante	195.663,17	2.616.817,75	Exigível a Longo Prazo			
Ativo Não Circulante	_	_	Total do Passivo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo	_	_	Patrimônio Líquido			
nvestimento	_	_	Capital Social			
mobilizado	_	_	Lucros/Prejuízos Acumulados			
Edifícios	10.210.943,97	9.095.943,97	Total Patrimônio Líquido			
Terrenos	33.544,50	33.544,50	Total do Passivo e Patrimônio Líquido			
(–) Depreciação Acumulada	(4.084.377,60)	(3.977.980,36)	investimentos temporários que possa			
ntangível	_	_	momento com riscos insignificantes o			
Total Ativo Não Circulante	6.160.110,87	5.151.508,11	havendo informações bancárias, signific			
Total do Ativo	6.355.774,04	7.768.325,86	remetidas à contabilidade ou que inexiste			
Notas E	contas a receber de clientes são registrad					

1. Contexto Operacional: A empresa Alpha Memorial S/A - CNPJ nº 04.256.769/0001-26, situada à Avenida Magalhães de Castro, nº 4800 - Bairro Butantã - São Paulo/SP constituída em 24/01/2001 tem como seu objeto social Atividades funerárias e serviços relacionados não especificados anteriormente. 2. Declaração de Conformidade e Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, abrangendo os Princípios e Pronunciamentos Contábeis, as Normas do Conselho Federal de Contabilidade e a Legislação Societária. A Empresa informa que é optante pela tributação no LUCRO PRESUMIDO. 3. Sumário das Principais Práticas Contábeis: a) Caixa e Equivalentes de Caixa: Correspondem

CNPJ: 04.256.769/0	001-26		
peis encerradas em 31/12/2022 - Em milh	ares de Reais,	exceto quando	indicado de ou
atrimonial			
Passivo	dez/21	dez/22	
Passivo Circulante Fornecedores Obrigações Tributárias Dividendos a Pagar Contas a Pagar a Sócios Total Passivo Circulante Passivo Não Circulante Exigível a Longo Prazo Total do Passivo Não Circulante Patrimônio Líquido	311.676,12	246.166,15 2.023.904,43 2.272.262,88	Faturamento (-) Impostos Receita Líqu (-) CSP Lucro Bruto Despesas O (-) Despesas (-) Despesas (+) Receitas I (+) Outras Re
Capital Social Lucros/Prejuízos Acumulados Total Patrimônio Líquido Total do Passivo e Patrimônio Líquido	(178.327,08) 6.044.097,92	5.656.750,00 (160.687,02) 5.496.062,98 7.768.325,86	(-) Outras De Resultado O (+/-) Ganho/l
investimentos temporários que possam momento com riscos insignificantes de havendo informações bancárias, significa	Imobilizado Resultado O do IR/CS		

stem. b) Contas a Receber: As das pelo valor faturado. c) Ativ Imobilizado: São avaliados pelo custo de aquisição e depreciado pelas taxas estabelecidas na legislação d) Contas a Pagar aos Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor de fatura correspondente. e) Outras Receitas: O valor de R\$ 7.073.491,89 (sete milhões, setenta e três mil, quatrocentos e noventa e um reais e oitenta e nove centavos) é correspondente à Indenização de desapropriação aos valores de caixa, depósitos bancários de livre movimentação e de área. 1) Determinação do Resultado: O resultado é apurado em

lo indicado de outra forma		
Demonstração do Re	esultado do Exerc	cício
	dez/21	dez/22
Faturamento	66.612,48	74.314,40
(–) Impostos s/Serviços	(2.431,35)	(2.712,49)
Receita Líquida	64.181,13	71.601,91
(–) CSP		
Lucro Bruto	64.181,13	71.601,91
Despesas Operacionais		
(-) Despesas Gerais	(461.137,35)	(649.679,72)
(-) Despesas Financeiras	(13.837,44)	(1.396.142,22)
(+) Receitas Financeiras	3.694,82	183.678,35
(+) Outras Receitas	_	7.073.491,89
(-) Outras Despesas		
Resultado Operacional	(407.098,84)	5.282.950,21
(+/-) Ganho/Perda na Venda do		
lmobilizado	-	(626.181,69)
Resultado Operacional Antes		
do IR/CS	(407.098,84)	4.656.768,52
' IRPJ	(3.774,18)	(43.457,16)
CSLL	(2.264,51)	(18.671,30)
Resultado Líquido do Período	(413.137,53)	4.594.640,06

Jornal O DIA SP

obediência ao Regime de Competência. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. 4. Capital Social: O capital social subscrito da sociedade anônima é de R\$ 5,656,750.00 (cinco milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, setecentos e cinquenta reais)

Diretoria Rodrigo Rhormens Alves Natel - CPF 246,122,238-02 Contador Vancrei de Azevedo CRC 1SP172505/O-5 - CPF 763.513.519-87

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF N° 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS

DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 82ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 82º Emissão da **VIRGC COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO,** com sede na Rua Gerivatiba, 207, 16º andar, conjunto 162, Butantã, CEP 05501 COMPANHIA DE SECURITIZAÇAO, com sede na Rua Gerivatiba, 20/, 10° andar, conjunto 162, Butanta, CEP USD17
900 ("CRA", "Iffulares dos CRA", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA
DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em primeira convocação, para assembleia geral ("Assembleia"), a ser realizada em 27 de dezembro de 2023 as 14h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsof Teams, conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos ermos deste edital, a fim de, conforme Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio da Emissão (<u>"Termo de Secu-itização"</u>), para deliberar sobre: **a)** Autorização para que a Devedora e a Emissora celebrem o quarto aditamento à "Cé-dula de Produto Rural com Liquidação Financeira nº 001/2028 RAA", emitida pela Devedora, em favor da Emissora, em 19 de novembro de 2021 (*"CPR-E")*, para alterar a definição de EBITDA Ajustado, constante na cláusula 8.9, item "(i)" da 19 de novembro de 2021 (<u>SZASZ</u>), para aiteata a delinição de Londra-Agustado, Constante na Cadadia o 3, item (v) de CPR-F, sendo certo que a referida cláusula passará a újer nos moldes do Anexo II do Material de Apoio, divulgado pela Emissora na mesma data da publicação do Edital de Convocação; **b)** Autorização para a concessão de prazo adiciona para entrega, pela Emissora ao Agente Fiduciário, dos demais documentos listados no Anexo I da ata da assembleia e qu constarão em material de apoio, até 30 dias, contados da data da Assembleia (inclusive); e 🖒 autorização para que a De constanto en materia de apois, este 250 das, como de de desenventes en materiales, e Constantação para que a c vedora, o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrar todos e quaisquer contratos, aditame os ou documentos necessários para efetivação e implementação das matérias aprovadas acima, às exclusivas expens da Devedora, em especial a celebração do 4º (guarto) aditamento a CPR-F ("4º Aditamento CPR-F"), que irá ocorrer at 30 dias apòs eventual aprovação deste item em Assembleia. O material de apoio necessário para embasar as deliberaç dos Titulares dos CRA está disponível (i) no site da Emissora: <u>www.virgo.inc;</u> e (ii) no site da CVM <u>www.cvm.gov.br</u>. A En sora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em primeira convocaçã será com a presenca de Titulares dos CRA que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos CRA em circulação e, em segunda convocação, com qualquer mineros dos fitulares dos CRA presentes em Assembleia, confe me dispõe a cláusula 12.8 do Termo de Securitização. Já as deliberações serão tomadas em primeira e segunda convoc ção por Titulares dos CRA, que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento), mais 1 (um) dos CRA em circulação nos moldes da cláusula 12.15, alínea "(ii)", item "(e)" do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio des te edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via in ternet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endere co eletrônico da Emissora para **juridico@virgo.inc** e ao Agente Fiduciário para **assembleias@pentagonotrustee.com.br** impreterivelmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de iní cio da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurí dica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado po procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais (d) manifestação de voto. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais docu mentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assei gralmente gravada. São Paulo, 06 de dezembro de 2023. **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 83ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO icam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 83ª Emissão da **VIRG** COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, com sede na Rua Gerivatiba, 207, 16° andar, conjunto 162, Butantā, CEP 05501 900 ("CRA", "Titulares dos CRA", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DETÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em pri meira convocação, para assembleia geral ("<u>Assembleia</u>"), a ser realizada em 27 de dezembro de 2023 às 15h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams, conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("C<u>VM</u>") nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("<u>Resolução CVM 60</u>"), nos termos deste edital, a fim de, conforme Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio da Emissão ("<u>Termo de Securitização</u> de Créditos do Agronegócio da Emissão ("<u>Termo de Securitização</u> de Créditos do Agronegócio da Emissão ("<u>Termo de Securitização</u> de Créditos do Agronegócio da Emissão ("<u>Termo de Securitização</u> de Créditos do Agronegócio da Emissão ("<u>Termo de Securitização</u> de Créditos do Agronegócio da Emissão ("<u>Termo de Securitização</u> de Créditos do Agronegócio da Emissão ("<u>Termo de Securitização</u> de Créditos do Agronegócio da Emissão ("<u>Termo de Securitização</u> de Créditos do Agronegócio da Emissão ("<u>Termo de Securitização</u> de Créditos do Agronegócio da Emissão ("<u>Termo de Securitização</u> de Créditos do Agronegócio da Emissão ("<u>Termo de Securitização</u> de Créditos do Agronegócio da Emissão ("<u>Termo de Securitização</u> de Créditos do Agronegócio da Emissão ("<u>Termo de Securitização</u> de Créditos do Agronegócio da Emissão ("<u>Termo de Securitização</u> de Créditos do Agronegócio da Emissão ("<u>Termo de Securitização</u> de Créditos do Agronegócio da Emissão ("<u>Termo de Securitização</u> de Créditos do Agronegócio da Emissão ("<u>Termo de Securitização</u> de Créditos do Agronegócio da Emissão ("<u>Termo de Securitização</u> de Créditos do Agronegócio da Emissão ("<u>Emissão de Securitização</u> de Créditos do Agronegócio da Emissão ("<u>Emissão de Securitização</u> de Créditos do Agronegócio da Emissão ("<u>Emissão de Securitização de Créditos do Agronegócio da Emissão ("Emissão de Créditos do Agronegócio da Emissão ("<u>Emissão de Securitização de Créditos do Agronegócio da Emissão ("Emissão de Créditos do Agronegocio da Emissão ("<u>Emissão de Securitização de Créditos do Agronegocio da Emissão ("Emissão de Créditos do Agron</u></u></u> <u>ritização</u>"), para deliberar sobre: **a)** Autorização para que a Devedora e a Emissora celebrem o quarto aditamento à "Cé dula de Produto Rural com Liquidação Financeira nº 002/2028 RAA", emitida pela Devedora, em favor da Emissora, em 19 de novembro de 2021 (*"CPR-E"*), para alterar a definição de EBITDA Ajustado, constante na cláusula 8.9, item "(í)" da CPR-F, sendo certo que a referida cláusula passará a viger nos moldes do Anexo II do Material de Apoio, divulgado pela Emissora na mesma data da publicação do Edital de Convocação; **b)** Autorização para a concessão de prazo adicional para entrega, pela Emissora ao Agente Fiducíário, dos demais documentos listados no Anexo I da ata da assembleia e que constarão em material de apoio, até 30 dias, contados da data da Assembleia (inclusive); **c)** autorização para que a Devedora, o Agente Fiduciário e a Emissora pratiguem todo e qualquer ato, celebrar todos e quaisquer contratos, aditament u documentos necessários para efetivação e implementação das matérias aprovadas acima, às exclusivas expensas d evedora, em especial a celebração do 4º (quarto) aditamento a CPR-F ("<u>4º Aditamento CPR-F</u>"), que irá ocorrer até 30 dias após eventual aprovação deste item em Assembleia. O material de apoio necessário para embasar as deliberaçõe dos Titulares dos CRA está disponível (i) no site da Emissora: www.cvm.gov.lp./ A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em primeira convocação será com a presença de Titulares dos CRA que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos CRA em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número dos Titulares dos CRA presentes em Assembleia, confor me dispõe a cláusula 12.8 do Termo de Securitização. Já as deliberações serão tomadas em primeira e segunda convoc ção por Titulares dos CRA, que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento), mais 1 (um) dos CRA em circulação nos moldes da cláusula 12.15, alínea "(ii)", item "(e)" do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio des te edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via ir ernet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endere co eletrônico da Emissora para **juridico@virgo.inc** e ao Agente Fiduciário para **assembleias@pentagonotrustee.com.b** mpreterivelmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de in cio da Assembleia, os seguintes documentos: (a) guando pessoa física, documento de identidade; (b) guando pessoa jur dica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assem-bleia será integralmente gravada. São Paulo, 06 de dezembro de 2023. **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF N° 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949 EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEI: DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 84º FMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 84º Emissão da **VIRG COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO,** com sede na Rua Gerivatiba, 207, 16º andar, conjunto 162, Butantã, CEP 05501 900 ("CRA", "Titulares dos CRA", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DETÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em primeira convocação, para assembleia geral ("Assembleia"), a ser realizada em 27 de dezembro de 2023 às **16h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams,** confo Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("<u>CVM</u>") nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("<u>Resolução CVM 60</u>"), no: termos deste edital, a fim de, conforme Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio da Emissão ("<u>Termo de Secu <u>titzação</u>"), para deliberar sobre: **a)** Autorização para que a Devedora e a Emissora celebrem o quarto aditamento à "Cé</u> lula de Produto Rural com Liquidação Financeira nº 003/2028 RAA", emitida pela Devedora, em favor da Emissora, e 9 de novembro de 2021 ("<u>CPR-F</u>"), para alterar a definição de EBITDA Ajustado, constante na cláusula 8.9, item "(i)" d CPR-F, sendo certo que a referida cláusula passará a viger nos moldes do Anexo II do Material de Apoio, divulgado pela missora na mesma data da publicação do Edital de Convocação: b) Autorização para a concessão de prazo adiciona inissora la inesima usa de a punicação do Carlor de Convocação, **p**) Adulização para a concessado de pazo aducidos para entrega, pela Emissora ao Agente Fiduciário, dos demais documentos listados no Anexo I da ata da assembleia e que constarão em material de apoio, até 30 dias, contados da data da Assembleia (inclusive); e **c)** Autorização para que a De redora, o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrar todos e quaisquer contratos, aditame tos ou documentos necessários para efetivação e implementação das matérias aprovadas acima, às exclusivas expensas da Devedora, em especial a celebração do 4º (quarto) aditamento a CPR-F ("<u>4º Aditamento CPR-F</u>"), que irá ocorrer até 30 dias após eventual aprovação deste item em Assembleia. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA está disponível (i) no site da Emissora: <u>www.virgo.inc</u>; e (ii) no site da CVM <u>www.cvm.gov.br</u>. A Emis sora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia en meira convocação, será com a presença de Titulares dos CRA que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos CRA em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número dos Titulares dos CRA presentes em Assembleia, confo dispõe a cláusula 12.8 do Termo de Securitização. Já as deliberações serão tomadas em primeira e segunda convocação por Titulares dos CRA, que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento), mais 1 (um) dos CRA em circulação, nos moldes da cláusula 12.15, alínea "(ii)", item "(e)" do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet po meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônicc da Emissora para **juridico@virgo.inc** e ao Agente Fiduciário para **assembleias@pentagonotrustee.com.br**, impre terivelmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, có pia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procu ador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d nanifestação de voto. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais docun tos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assemente gravada. São Paulo, 06 de dezembro de 2023. VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF n° 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEI. DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 85º EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebiveis do Agronegócio da Série Única da 85º Emissão da **VIRG** C**OMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO,** com sede na Rua Gerivatiba, 207, 16º andar, conjunto 162, Butantã, CEP 05501 900 ("CRA", "Titulares dos CRA", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDO** RA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-s em primeira convocação, para assembleia geral ("Assembleia"), a ser realizada em 27 de dezembro de 202 às 17h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams, confo me Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("<u>CVM</u>") nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("<u>Resolução CVM 60</u>"), no termos deste edital, a fim de, conforme Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio da Emissão <u>("Termo de Secur</u> tização"), para deliberar sobre: a) Autorização para que a Devedora e a Emissora celebrem o quarto aditamento à "Cédu la de Produto Rural com Liquidação Financeira nº 004/2028 RAA", emitida pela Devedora, em favor da Emissora, em 19 d ovembro de 2021 (*"<u>CPR-F</u>")*, para alterar a definição de EBITDA Ajustado, constante na cláusula 8.9, item "(i)" da CPR-I sendo certo que a referida cláusula passará a viger nos moldes do Anexo II do Material clausula o.5, item (y da Crim na mesma data da publicação do Edital de Convocação; **b)** Autorização para a concessão de prazo adicional para entrega pela Emissora ao Agente Fiduciário, dos demais documentos listados no Anexo I da ata da assembleia e que constarã terial de apoio, até 30 dias, contados da data da Assembleia (inclusive); e c) autorização para que a Devedor o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrar todos e quaisquer contratos, aditamentos o mentos necessários para efetivação e implementação das matérias aprovadas acima, às exclusivas expensas da De edora, em especial a celebração do 4º (quarto) aditamento a CPR-F ("<u>4º Aditamento CPR-F</u>"), que irá ocorrer até 30 dia após eventual aprovação deste item em Assembleia. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos litulares dos CRA está disponível (i) no site da Emissora: <u>www.virgo.inc</u>; e (ii) no site da CVM <u>www.cvm.gov.br</u>. A Emissor leixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em primeira convocação, ser com a presendo, para intra de sanciectimento, que o quorium en instanção da Assembiera em primeira o únicospos, com a presença de Titulares dos CRA que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos CRA en circulação e, em segunda convocação, com qualquer número dos Titulares dos CRA presentes em Assembleia, conform dispõe a cláusula 12.8 do Termo de Securitização. Já as deliberações serão tomadas em primeira e segunda convocaçã por l'Itulares dos CRA, que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento), mais 1 (um) dos CRA em circulação nos moldes da cláusula 12.15, alínea "(ii)", item "(e)" do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por mei deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexã γia internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endere eletrônico de Emisco de Inico de Composito de la Composito de Composit nício da Assembleia, os seguintes documentos: (a) guando pessoa física, documento de identidade; (b) guando pesso juridica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representad por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condiçõe legais e (d) manifestação de voto. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuai tos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Ass nente gravada. São Paulo, 06 de dezembro de 2023. **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

IONIC HEALTH TECHNOLOGIES S.A.

CNPJ/ME n.º 35.594.74//0001-08 - NIRE 35.300.590.929

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2023 <u>Data, hora, local</u>: 10.07.2023, às 10 horas, na sede social, Estrada Doutor Altino Bondesan, 500, sala 1.103, Eugeni de Mello, São José dos Campos/SP. <u>Presença</u>: totalidade do capital social. <u>Mesa: Presidente</u>: José Leovigildo de Mel coelho Filho; <u>Secretário</u>: Ricardo Esper. <u>Deliberações Aprovadas</u>: (i) o aumento do capital social, no valor de R 3.636.126,44, mediante a emissão de 6.039 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas pel, preço unitário de R\$ 602,11 por ação, calculado com base na expectativa de rentabilidade futura da **Companhia**, no ermos do art. 170. §1º inciso I. da Lei nº 6.404/76, declarando e reconhecendo, os acionistas, de forma irrevogável rirretratável, que o referido preço foi definido em observância às disposições legais, sem diluição injustificada da part cipação acionária. As Ações são, neste ato, integralmente subscritas e integralizadas da seguinte forma: (a) A **GB Part** ners International Ltd. CNPL43 797 690/0001-64 com sede Tortola neste ato representada na forma de seu Mi morandum of Association, subscreve e integraliza, neste ato, o total de 5.979 novas ações, mediante aporte em dinh no, no valor de R\$ 3.600.000,00, integralmente destinado à conta de capital social, valor este já totalmente integra azado e transferido para a **Companhia**, conforme ratificado no Boletim de Subscrição; e **(b)** o Sr. **Flávio Cipriano da Fonseca Lanes**, brasileiro, casado, médico, identidade profissional nº 6.713 - CRM/ES e CPF 004.100.467-10, residente em Vitória/ES, subscreve e integraliza, neste ato, o total de 60 novas ações, mediante aporte em dinheiro, no valor de R\$ 36.126,44, valor este que será integralizado em uma única parcela no prazo de até 35 dias a contar da oresente data, mediante transferência para a **Companhia**, conforme ratificado no Boletim de Subscrição. O capital social da **Companhia** passará <u>de</u> **R\$ 7.897.003,23**, dividido em 138.204 ações ordinárias, nominativas e sem vaor nominal **para R\$ 11.533.129,67**, dividido em 144.243 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Os de nistas renunciam, expressamente, ao exercício dos respectivos direitos de preferência na participação o umento do capital social da **Companhia** ora deliberado, aprovando, integralmente, a referida operação, em todo os seus termos e condições. (ii). A nova redação da Clâusula 5º do Estatuto Social "Clâusula Quinta — O capital so cial da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado em dinheiro, moeda corrente nacional, é R\$ 11.533.129,67, dividido em 144.243 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de uma única classe e con lireito a voto. § 1º – Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 voto nas Assembleias Gerais de Acionis as, cujas deliberações serão tomadas na forma do presente Estatuto Social, da legislação aplicável e do Acordo d ionistas. § 2º - A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do Acionista no livro de "Regis ro de Ações Nominativas". § 3º - As ações não poderão ser objeto de penhor, caução, alienação fiduciária ou qua quer outra forma de garantia, nem de usufruto ou fideicomisso, sem a anuência dos demais Acionistas e sem a estr ta observância do Acordo de Acionistas da **Companhia**." (jij) Ficam os Diretores da **Companhia** autorizados a pra icarem todos os atos necessários à implementação do quanto deliberado nos itens anteriores. **Encerrament**o Nada mais. São José dos Campos/SP, 10.07.2023. <u>Mesa</u>: **José Leovigildo de Melo Coelho Filho** - Presidente, **R cardo Esper** - Secretário. JUCESP 387.072/23-8 em 27.09.2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS MOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 67ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO icam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 67ª Emissão da **VIRGO CÓN** PANHIA DE SECURITIZAÇÃO, com sede na Rua Gerivatiba, nº 207 – cj 162, Butantã, São Paulo, SP 05501-900 ("CRI" "Titulares dos CRI", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS I VALORES MOBILIÁRIOS S.A. ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeir**: onvocação, para Assembleia Geral ("Assembleia"), a ser realizada em 27 de dezembro de 2023 às 10h00, d orma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams, conforme Resoluçã CVM n° 60, de 23 de dezembro de 2021 ("<u>Resolução CVM 60"</u>), nos termos deste edital, a fim de, conforme cláusul: 13.2.3 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários, Lastreados em Créditos Imobiliários devidos pela Light Serviço: de Eletricidade S.A. ("<u>Devedora</u>") celebrado em 30 de novembro de 2022, ("<u>Termo de Securitização</u>"), para deliberar so bre: **a)** Aprovar a contratação de assessor legal para fins de representação no âmbito da Ação Cautelar Requerida em Ca ráter Antecedente nº 0843430-58.2023.8.19.0001 ("<u>Medida Cautelar</u>"), em trâmite perante a 3ª Vara Empresarial da Ca pital do Rio de Janeiro, que deferiu a tutela cautelar requerida em caráter antecedente, suspendendo a exigibilidade da brigações financeiras relativas aos contratos celebrados pela Devedora e Light S.A; b) Ratificar a contratação de asse por legal para fins de representação, em caráter preliminar, no âmbito da Medida Cautelar, a fim dosevar os prazo sor legal para fins de representação, em caráter preliminar, no âmbito da Medida Cautelar, a fim dosevar os prazo processuais aplicáveis, sendo certo que a referida contratação perdurará até a efetiva deliberação do item "a" da Ordei do Dia acima, oportunidade na qual o patrono poderá ser substituído por aquele definido pelos investidores; **c)** Aprova a realização de aporte de recursos na Conta Centralizadora (conforme definido no Termo de Securitização) do Patrimôni separado, a ser realizado pelos Titulares dos CRI, a depender da suficiência de recursos no Fundo de Despesas da Emissã ente aos custos atrelados à contratação obieto do item (a) acima e às despesas de manutenção da Emissão; **d)** Delibe ar sobre as medidas a serem adotadas quanto ao plano de recuperação judicial, a ser votado na Assembleia-Geral de Credores em primeira convocação no dia 21 de março de 2024, às 14h, com segunda convocação definida para o dia 28 d narço de 2024, às 14h. **e)** Áutorizar a Emissora para, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizar todos os atos e cele orar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado nos itens acima. O materia naryo de 2024, as 1411. El Audotzal a Emissola para, em conjunto com o Agente Flucuario, tealizar louco os acus e cere para trodos e quaisquer documentos que es façam necessários para implementar o deliberado nos itens acima. O materia de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.vi go.inc; e (ii) no site da CVM: www.cvm.gov.br. A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em primeira convocação, será com a presença de Titulares de CRI que representem, em primei-ra convocação, no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação e, em segunda convocação, com ualquer número, nos termos da cláusula 13.4 do Termo de Securitização. As deliberações com relação aos itens (a), (b) (c) e (d) da ordem do dia serão tomadas em primeira convocação com no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um do Titulares dos CRI em Circulação e, em segunda convocação, 50% (cinquenta por cento) mais um dos Titulares dos CRI pre entes à assembleia ou dos CRI presentes da respectiva Série, desde que presentes no mínimo 20% (vinte por cento) do leste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CR1 que enviarem ao ende reço eletrônico da Emissora para gestão@virgo.inc com cópia para juridico@virgo.inc e ao Agente Fiduciário para af.assembleias@olivieratrust.com.br preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, po lendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, doc nento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a represent ção do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representaçã na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular do CRI poderá o tar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a corresponden ranifestação de voto a distância à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para el orio da manifestação de voto à distância em sua página eletrônica (https://virgo.inc) e através do seu material de apoio. Ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá: (i) estar devida nente preenchida e assinada pelo Titular do CRI ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com c em certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) r aso de o Titular do CRI ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Esta uto Social que comprove os respectivos poderes. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultá esentados durante a Assembleia que não tenha embleia será integralmente gravada. São Paulo, 07 de dezembro de 2023. **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME N° 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 366º SÉRIE DA 4º EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (NOVA DENOMINAÇÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A.)

icam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 366ª Série da 4ª Emissão da **VIRGO** COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (nova denominação da ISEC SECURITIZADORA S.A.), com sede na Ru Gerivatiba, nº 207, cj 162, Butantã, São Paulo, SP - CEP 05501-900 ("<u>CRI</u>", "<u>Titulares dos CRI", "Emissão",</u> "<u>Emissora</u>" respectivamente), a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA** nstituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º and. Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ sob o nº 22.610.500/0001-88 ("<u>Agente Fiduciário</u>"), e os representant la Emissora, a reunirem-se, em **primeira convocação**, para Assembleia Geral ("<u>Assembleia</u>"), **a ser realizad** ua clinissora, a fedimientese, em primeira Convoca, ao, para Assenibleia della (<u>Assenibleia</u>), a ser fedifizada e**m 27 de dezembro de 2023 às 14h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica, através da plataforma Microsoft Teams,** conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("<u>Resolução CVM</u> 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme cláusula 14.4, do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários o issão, celebrado em 16 de setembro de 2021 ("<u>Termo de Securitização</u>"), deliberar sobre: (i) autorizar o Pagame ntecipado Facultativo das Parcelas Securitização (conforme definido no Termo de Securitização) em prazo inferi aos 24 (vinte e quatro) meses contados da data de pagamento do Preço das Cessões mencionado na cláusula 6.9. dr Fermo de Securitização, no valor de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), sem o acréscimo de prêmic nencionado na cláusula 6.9.1. do Termo de Securitização ("<u>Pagamento Antecipado Facultativo Autorizado</u>"); (ii) Cas provado o item (i) da Ordem do Dia, dispensar o prazo de comunicação prévia de 30 (trinta) dias, mencionado n láusula 6.9.1. do Termo de Securitização, de modo que o Pagamento Antecipado Facultativo Autorizado sej ealizado, pelo Devedor, até o dia 29 de dezembro de 2023, desde que a B3 seja comunicada com antecedênc inima de 3 (três) dias úteis, contados da data pretendida para realização do Pagamento Antecipado Facultativ utorizado; e, (iii) Caso aprovados os itens (i) e (ii) da Ordem do Dia, autorizar que o Pagamento Antecipad Facultativo Autorizado obedeça à seguinte ordem de prioridade nos pagamentos, de forma que cada item somen será pago caso haja recursos disponíveis, livres de resgates antecipados e amortizações extraordinárias, após cumprimento do item anterior: (a) Amortização das Parcelas Securitização; (b) Despesas do Patrimônio Separadi corridas e não pagas até a data de pagamento mensal; (c) Encargos moratórios eventualmente incorridos; (d) Jurg Remuneratórios dos CRI vencidos; e (e) Juros Remuneratórios dos CRI. O material de apoio necessário para embase as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: <u>www.virgo.inc;</u> e (ii) no site da CVM www vm.gov.br. A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia e imeira convocação, será com a presença dos Titulares dos CRI que representem, pelo menos, 50% (cinquenta po ento) mais um dos CRI em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, excluídos, para os fins do uóruns estabelecidos neste item, os CRI que não possuírem o direito de voto, conforme cláusula 14.4. do Termo d ecuritização. As deliberações em Assembleia Geral dos Titulares dos CRI serão tomadas por Titulares dos CRI qu epresentem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação em primeira convocação e po pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação presentes na assembleia em segund convocação, conforme cláusula 14.8. do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edita correrá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via intern r meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endere nico da Emissora para gestão@virgo.inc com cópia para **juridico@virgo.inc** e ao Agente Fiduciário par rdg@vortx.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br, impreterivelmente em até 2 (dois) dias antes de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quand pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando fo sentado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, cor mo 12 (doze) meses e obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, confo baixo. O titular do CRI ("<u>Titular de CRI</u>") poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade d gressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância, juntamente co aração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Orde do Dia, à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, impreterivelmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes d ealização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestaçã e voto à distância em sua página eletrônica (https://virgo.inc) e através do seu material de apoio a ser disponibiliza aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchid nclusive com a identificação obrigatória sobre a declaração a respeito da existência ou não de conflito de interess a assinada pelo Titular do CRI ou por seu representante legal, de forma eletrônica (com ou sem certificados digita mitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular d CRI ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social qu comprove os respectivos poderes atendendo-se os requisitos mencionados neste Edital. O envio da manifestação d oto à distância, sem o preenchimento e assinatura da declaração a respeito ou não de conflito de interesses previst la mesma minuta, inviabilizará o respectivo cómputo do voto do Titular do CRI. Para o caso de envico de procuraçã companhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de acord com as instruções do outorgante, não havendo margem para a Emissora ou ao Agente Fiduciário interpretar o sentid do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Conform Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante São Paulo, 07 de dezembro de 2023. VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

= F. Mota Participações S/A =

CNPJ/ME n° 55.663.710/0001-93 - NIRE 35.300.364.082 Declaração de Extravio de Livros Societários

F. Mota Participações S/A sociedade anônima fechada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 55.663.710/0001-93 com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.364.082, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, 377, 8º andar, conj. 810 parte CEP 01009-000 ("Companhia"), comunica à praça e ao mercado em geral para diversos fins o extravio dos seguintes livros: (i) Livro de Registro de transferência de ações nominativas - Número de Ordem: 001. A Administração da Companhia irá solicitar a inclusão na pauta da próxima Assembleia Geral, da ratificação, pelos acionistas da Companhia, de todos os atos societários devidamente realizados e registrados na JUCESP, bem como de todas as transferências de ações registradas em livro próprio. A Administração solicitará, ainda, aos Acionistas que reiterem sua assinatura nos atos societários e termos de transferência pertinentes. São Paulo, 06 de Dezembro de 2023. Fernando Rodrigues Mota - Diretor Presidente.

■União Química Farmacêutica Nacional S.A. = de Capital Autorizado - Registro de Companhia Emissora Categoria B n' CNPJ/ME n° 60.665.981/0001-18 - NIRE: 35.300.006.658

Ficam os senhores acionistas da **União Química Farmacêutica Nacional S.A.** ("<u>Companhia</u>") convidados para se ricam os sennores acionistas da **umao ulumica rarmaceutrica Nacional S.A.** (<u>compannia</u>) convidados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (<u>"AGE</u>"), a ser realizada no dia **29 de dezembro de 2023, às 10h30min,** exclusivamente de forma digital, por meio do acesso na plataforma de videoconferência *"Microsoft Teams" ("Plataform*a Digital"), para deliberar sobre as seguintes matérias que compõem a **ordem do dia: Ordem do Dia: (i)** analisar, discutir e deliberar sobre o "Protocolo e Justificação de Incorporação da Inovat Indústria Farmacêutica Ltda. pela União Química Farmacêutica Nacional S.A.", celebrado em 14/11/2023 ("<u>Protocolo de Incorporação</u>"), entre a Companhia, como incorporadora, e a *Inovat Indústria Farmacêutica Ltda.*, sociedade empresária limitada, com sede na Av. Presidente Tancredo de Almeida Neves nº 1.555, bairro Macedo, na Cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ MF sob o nº 27.864.378/0001-90, com seu ato constitutivo arquivado pela Junta Comercial destado de São Paulo sob o NIRE 35.230.556.972, e sua última alteração de contrato social arquivada sob o nº 146.814/23-0 em sessão de 17/04/2023 ("Inovat"), como incorporada ("Incorporação"); (ii) analisar, discutir e deliberar sobre ratificação da nomeação e contratação da KPMG Auditores Independentes Ltda., sociedade simples limitada, inscrita no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo ("REC/SP") sob nº 0232288-P-P. p. por sua filial inscrita no CNPJ/MF sob nº 57.755.217/0012-81 e com estabelecimento comercial na Cidade de Brasília - Distrito Federal, na SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302, Torre Norte, Park Shopping, Zona Industrial (Guará), como empresa especializada responsável pela avaliação do patrimônio líquido da Inovat pelo critério de valor contábil ("Empresa Especializada") ("iii) analisar, discutir e deliberar sobre o "laudo de Avaliação do Acervo Líquido da Inovat Indústria Farmaceutica Ltda." elaborado pela Empresa Especializada ("Laudo de Avaliação"); e (iv) analisar, discutir e deliberar sobre a aprovação da Incorporação da Inovat pela Companhia, conferindo aos administradores desta os poderes para a prática aprivação da Incorporação da Incorporação (inclusive as providências para o arquivamento dos atos societários e sua publicação). <u>Informações Gerais</u>: Nos termos do Artigo 9º, parágrafo único do Estatuto Social da Companhia, e do artigo 126 da Lei nº 6.404/76, para tomar parte na AGE, o acionista deverá depositar na sede da Companhia, com antecedência, conforme lhe for aplicável, instrumento de mandato na hipótese de representação do acionista por outro acionista, administrador ou advogado, devendo o procurador ter sido nomeado em período inferior a 1 (um) ano. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à AGE munido dos documentos que comprovem sua identidade. A Companhia solicita aos acionistas interessados em participar da AGE que encaminhem a versão digitalizada do documento de identidade e instrumento de mandato ao endereço eletrônico ri@uniaoquimica.com.br, de forma a permitir melhor coordenação dos trabalhos durante a assembleia. O envio dos documentos via e-mail não exclui a necessidade de sua apresentação no momento da AGE, nem tampouco constitui condição ou requisito de participação na AGE, tendo por finalidade exclusivamente organizar e acelerar os trabalhos. <u>Outras Informações</u>: Os documentos complementares contendo o detalhamento das matérias constantes da ordem do dia da AGE ora convocada

PLANO & PLANO DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A.

- Presidente do Conselho de Administração.

ontram-se disponíveis na sede da Companhia. Embu-Guaçu, 07 de dezembro de 2023. **Paula Melo Suzana Gomes**

Companhia Aberta CNPJ 24.230.275/0001-80 - NIRE 35.300.555830 ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA **REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2023**

Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") foi realizada no dia 17 de agosto de 2023 às 15h, na sede social da Plano & Plano Desenvolvimento Imobiliário S.A.("Companhia") localizada na Cidade de São Paulo Estado de São Paulo na Rua Samuel Morse, nº. 74, conjunto 132, parte, Brooklin, CEP 04576-060, e foram provadas as seguintes matérias: (i) a alteração do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, com a inalidade de aumentar o limite de capital autorizado da Companhia; **(ii)** a alteração do parágrafo 1º do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, com a finalidade de compatibilizar o prazo para a convocação de Assembleias Gerais com o prazo legal aplicável, previsto no artigo 124, § 1º, inciso II da Lei das Sociedade por Ações; (iii) a alteração do parágrafo 8º do artigo 16º e do parágrafo 6º do artigo 19º do Estatuto Social da Companhia, com a finalidade de incluir a possibilidade de assinatura de atas de reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria por meio físico, eletrônico ou digital; (iv) a ratificação da redação do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; e (v) a consolidação do Estatuto Social da Companhia. Registrada na JUCESP sob o nº 444.490/23-1 em sessão de 16/11/2023, e sua versão na íntegra encontra-se disponíve nos websites: https://ri.planoeplano.com.br/ e https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

(nova denominação da Isec Securitizadora S.A) CNPJ/MF nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 212ª E 222ª SÉRIES DA 4ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (NOVA DENOMINAÇÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A.)

ricam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis do Imobiliários das 212º e 222º Séries, da 4º Emissão da V**IRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, companhia securitizadora, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de ião Paulo, na Rua Gerivatiba, nº 207, 16º andar, conjunto 162, Butantã, CEP 05.501-900 ("CRI", "Titulares dos CRI" "<u>Emissão",</u> e "<u>Emissora"</u> respectivamente), a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÂRIOS LTDA.,** instituição financeira, com sede na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º ndar, Pinheiros CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário"), e os repre entantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocaçã**o, para Assembleia Geral dos Titulares dos CRI ("<u>As-</u> <u>embleia</u>"), a ser realizada em 28 de dezembro de 2023 às 11h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams, conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("<u>Resolução CVM 60</u>"), nos termos deste edital, a fim de, conforme Termo de Securitização de Créditos Imobiliá-ios da Emissão ("<u>Termo de Securitização</u>"), para deliberar sobre: **a)** As medidas a serem tomadas em razão da ocorencia dos seguintes eventos de vencimento antecipado da CCB e, conseguentemente, dos CRI: (i) não pagamento otal, pela Devedora, das parcelas de Pagamento Compulsório dos CRI Seniores e dos CRI Subordinados riginalmente, para as Datas de Pagamento de 28/07/2023, 30/08/2023 e 28/09/2023, 30/10/2023 e 29/11/2023, nos mos da cláusula 9.1. item "(i)" da CCB: e **(ii)** insuficiência de recursos do Fundo de Reserva, sem a recomposição do referido fundo no Montante Minimo do Fundo de Reserva, nos termos e prazos de cura estabelecidos nas cláusula: 8.12.3 e 8.12.4 da CCB, conforme previsto na cláusula 9.1, item "(xiv)" da CCB, uma vez que os recursos depositado: no Fundo de Reserva foram utilizados para o pagamento das parcelas de Pagamento Compulsório, nas Datas de Paga ento acima mencionadas, conforme disposto na cláusula 8.12 da CCB; **b)** As medidas a serem tomadas em razão de orrência dos seguintes eventos de vencimento antecipado da CCB e, consequentemente, dos CRI, em decorrência dos descumprimentos, pela Devedora e/ou pelos Avalistas, das seguintes obrigações não pecuniárias: (i) envio da ópias das demonstrações financeiras auditadas, vencida em 31/03/2023, nos termos da cláusida 4.1, item "(xii)" do ontrato de Cessão; (ii) envio da declaração anual atestando a não ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimeno Antecipado, vencida em 31/03/2022 e 31/03/2023, nos termos da cláusula 9.8 da CCB; (iii) envio da comprovação estinação de Recursos, vencida em 30/09/2021, 30/03/2022, 30/03/2023, 30/03/2023 e 30/09/2023, nos termos d sula 2.4, alínea "b)" da CCB; **(iv)** envio de relatório, indicando a situação de aprovação dos projetos dos Empreen mentos Alvo, bem como as medidas adotadas para a obtenção de tais aprovações e as etapas remanescentes até a onclusão do processo de aprovação, vencida em todos os trimestres entre 31/12/2021 e 30/09/2023, nos termos de láusula 2.4, alínea "c)" da CCB; (**v**) apresentação da cópia do Instrumento de Alteração Contratual da EN Empreen imentos evidenciando que as quotas emitidas pela EN Empreendimentos estão alienadas fiduciariamente nos termos unierios evidenciano que as quotos eninuas pera tri cinjerenimientos estad aneinadas induciariamente nos tenimo da Alienação fiduciária de Quotas EN com a consequente transferência da titularidade fiduciária das quotas do capital social da EN Empreendimentos em favor da Emissora, devidamente registrado perante a Junta Comercial do Estado de oiás ("JUCEG"), vencida em 01/04/2021, nos termos da cláusula 1.3 e da cláusula 3.2, alínea "(d.1)", do Contrato de iblienação Fiduciária de Quotas EM, respectivamente, e **(vii)** a não realização da Substituição de Garantias, com a consequentes formalizações do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas LH, bem como do Contrato de Cessão Fi luciária de Direitos Creditórios, conforme cláusulas 8.3 e 8.3.1 da CCB: c) Caso não seia declarado o vencimento an ecipado da CCB, e, consequentemente, dos CRI, conceder, à Devedora e aos Avalistas, prazo adicional de 60 (sessenta lias, para cumprimento das obrigações supramencionadas; **d)** Não declarar o vencimento antecipado da CCB e, con nente, dos CRI, desde que sejam observados, cumulativamente: (d.i) a constituição de um Fundo de Distrato: "<u>Fundo de Distratos"),</u> o qual deverá ser utilizado para o pagamento de eventuais encargos oriundos das rescisõe os contratos de venda e compra das unidades do Empreendimento Florida ("<u>Unidades Florida</u>"), feitas entre a SPE LF os terceiros adquirentes ("Distratos"); de modo que: (d.i.i) durante os 3 (três) primeiros meses após a sua constitui ião, ou seja, nas datas de pagamento previstas para os dias 28/12/2023, 30/01/2024 e 28/02/2024, todos os valorer riundos dos créditos da CCB disponibilizados na Conta Vinculada Devedora serão direcionados ao Fundo de Distratos após o pagamento de todas as despesas do Patrimônio Separado incorridas e não pagas, conforme previsto no iter "(a)" , da clausula 8.13 do Termo de Securitização; (d.l.ii) após a Data de Pagamento prevista para o dia 28/02/2024, será estabelecido o montante mínimo a ser mantido no Fundo de Distratos ("<u>Montante Mínimo do Fundo de Distra</u>tos"), no patamar de R\$ 50.000.00 (cinquenta mil reais) a ser verificado mensalmente pela Emissora, em datas seme hantes às Datas de Verificação do Fundo de Reserva ("<u>Data de Verificação do Fundo de Distratos");</u> de tal modo que, caso, em qualquer Data de Verificação do Fundo de Distratos, os valores creditados na Conta do Patrimônio Separado sejam insuficientes para a satisfação integral dos encargos oriundos dos Distratos, a Emissora notificará a Devedora oreviamente, informando o montante a ser recomposto do Fundo de Distratos, e esta, por sua vez, deverá recompô-lo 10 prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da referida notificação, sob pena de (i) retenção dos recebieis decorrentes dos contratos de venda e compra das Unidades Florida na Conta Vinculada e/ou na Conta do Patrimô io Separado para satisfação integral dos encargos oriundos dos Distratos; e/ou (ii) configuração de hipótese de ven-imento antecipado da CCB, nos termos da cláusula 9.1, item "(i)" da CCB; por outro lado, caso em qualquer Data de /erificação do Fundo de Distratos os valores creditados na Conta do Patrimônio Separado ou na Conta Vinculada sejan uperiores ao montante necessário para satisfação integral dos encargos oriundos dos Distratos, a quantia que sobejar everá ser utilizada para o pagamento dos itens dispostos na cláusula 8.13 do Termo de Securitização, observada a rdem de prioridade prevista na referida cláusula; e (d.i.iii) todos os pagamentos dos encargos oriundos dos Distratos serão realizados pela Emissora, por conta e ordem da Devedora e da SPE LH, através de notificação prévia, enviada bela Devedora e pela SPE LH à Emissora, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis, acompanhadas do resectivo instrumento de distrato dos contratos de venda e compra ("Instrumento(s) de Distrato"), contendo o valor a er liberado, a forma de pagamento e todos os dados bancários mínimos necessários do beneficiário indicado; send erto que, a não declaração de vencimento antecipado também estará condicionada a adoção das seguintes providên ias: (1) formalização, no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, contados da data da Assembleia, do Contrato de Cessão duciária de Direitos Creditórios, a ser firmado pela SPE LH, na qualidade de fiduciante, e pela Emissora, na qualidade e fiduciária, com a interveniência da Devedora; (2) formalização, no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, contados da data da Assembleia, do Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas LH, a ser firmado pela EN Empreendimentos e pelo Avalista 1, na qualidade de titulares e fiduciantes, e a Emissora, na qualidade de fiduciária; e (3) constituição e inclu-são, como garantia da Emissão, no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, contados da data da Assembleia, de alienação fiduciária das Unidades Florida, a ser outorgada pela SPE LH em favor da Emissora, nos termos *"Instrumento Particula*, *de Alienação Fiduciária de Imóveis em Garantia e Outras Avenças* ", celebrado entre a SPE LH, na qualidade de proprie-ária e fiduciante, e a Emissora, na qualidade de fiduciária, com a interveniência da Devedora ("<u>Contrato de Alienação</u> Fiduciária de Imóveis"); Caso não sejam cumpridas e/ou superada as condicionantes previstas neste item "d", no rozazos aqui previstos, para fins de não declaração de vencimento antecipado será convocada nova assembleia em até 10 (dez) dias a contar do descumprimento para deliberação acerca dos descumprimentos; **e)** Caso autorizada a constuição do Fundo de Distratos, nos termos do item "d" acima, autorizar o não pagamento da Remuneração e Amorti zação dos CRI Seniores e dos CRI Subordinados, tampouco a recomposição do Fundo de Despesas e do Fundo de Re-serva nas datas de pagamento previstas para os dias 28/12/2023, 30/01/2024 e 28/02/2024, nos moldes dos itens "(b)", "(c)", "(d)", "(e)", "(f)", "(g)" e "(h)" da Cascata de Pagamento disposta na cláusula 8.13 do Termo de Securicazácio, sem que enseje descumprimento por parte da Devedora e/ou Avalistas; f) Caso autorizada a constituição do undo de Distratos, nos termos do item "d" acima, aprovar a contratação da **NEO Serviços Administrativos e** Recuperação de Crédito Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.409.378/0001-46 ("Servicer"), nos termos da Proposta de Prestação de Serviços de Servicer ("<u>Proposta de Prestação de Serviços de Serviço</u>"), constante no Anexo I do material de apoio disponibilizado pela Emissora em seu website,, para a realização dos serviços de análise jurídia dos contratos de venda e compra das Unidades Florida, análise financeira e monitoramento da carteira de Direito: reditórios, com a consequente formalização, no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da data da Assembleia, do ontrato de Prestação de Serviços de Servicer, a ser celebrado entre o Servicer e a Emissora; **g)** Caso autorizada a onstituição do Fundo de Distratos, nos termos do item "d" acima, aprovar a contratação do **IBS Advogados**, inscri n no CNPJ/MF sob o nº 29.333.942/0001-73 ("<u>Assessor Legal")</u>, nos termos da Proposta de Prestação de Serviço dvocatícios ("<u>Proposta de Prestação de Serviços Advocatícios</u>"), para **(i)** formalização dos competentes aditamento os Documentos da Operação; (ii) confecção e formalização do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis; e (iii) onfecção dos modelos de instrumento de compra e venda das Unidades Florida, bem como dos Instrumentos de istratos; **h)** Autorizar a celebração e formalização de todos os documentos que se façam necessários, incluindo, mas ião se limitando os aditamentos dos Documentos da Operação, conforme aplicáveis, a fim de refletir todas as delibe ações aprovadas na Assembleia; i) Autorizar a Emissora para, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizar todos o: tos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado nos iten: icima. Exceto se de outra forma aqui disposto, os termos aqui utilizados iniciados em maiúsculo e não definidos terão significado a eles atribuídos no Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de orma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de ink de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da missora para gestao@virgo.inc.com.cópia para **juridico@virgo.inc** e ao Agente Fiduciário para **fsp@vortx.com.br** agentefiduciario@vortx.com.br em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) guando pessoa física, documento de iden iidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assem leia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O titular do CRI ("Titular de CRI" oderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a cor-espondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, em até 48 (quarenta e oito) oras antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envid da manifestação de voto à distância em sua página eletrônica (https://virgo.inc) e através do seu material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá: (i) possuir delaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do iia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, er special a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05; (ii) estar devidamente preenchida e assinad elo Titular do CRI ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (iii) ser enviada com a antecedência acima mencionada; e (iv) no caso de o Titular do CRI ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que

omprove os respectivos poderes. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a ever ais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assem-eia será integralmente gravada. São Paulo, 07 de dezembro de 2023. **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

"Crescente preocupação", diz Lula sobre crise entre Venezuela e Guiana

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, na quinta-feira (7), que está acompanhando com "crescente preocupação" a situação em Equessibo, território em disputa por Venezuela e Guiana, que faz também fronteira com o norte do Brasil. No último domingo (3), a Venezuela aprovou um referendo que torna a região parte do país. Há dois dias, o presidente venezuelano, Nicolás Maduro, determinou a criação de um estado na área disputada.

A preocupação do presidente Lula foi manifestada durante a abertura de reunião de cúpula dos países membros do Mercosul, no Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro.

"O Mercosul não pode ficar alheio a essa situação", disse, ao pedir o apoio dos colegas sulamericanos a uma minuta acordada pelos chanceleres do bloco regional.

Não queremos que esse tema contamine a retomada do processo de integração regional ou constitua ameaça à paz e estabilidade".

Lula defendeu que a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) sejam utilizadas para o encaminhamento pacífico da questão. O presidente brasileiro colocou o país à disposição para sediar "quantas reuniões forem necessárias" entre as partes envolvidas. A Venezuela é membro do Mercosul, mas está

"Vamos tratar com muito carinho porque uma coisa que não queremos aqui na América do Sul é guerra", enfatizou Lula. "Nós não precisamos de guerra, não precisamos de conflito. Nós precisamos é construir a paz", completou.

Argentina

Além do mandatário brasileiro estão presentes no encontro o presidente Luis Lacalle Pou, do Uruguai; Santiago Peña, do Paraguai; e Alberto Fernández, da Argentina, que deixará o cargo dentro de três dias. Ele será substituído por Javier Milei, que fez campanha se mostrando crítico ao Mercosul.

Lula se disse triste pela última participação de Fernández

como um dos presidentes do Mercosul. O presidente salientou que é amigo do argentino.

"Sei o papel importante que você jogou nesse seu período de governo. Lamentavelmente, eu acho que você merecia melhor sorte, a economia merecia melhor sorte, mas aconteceu o infortúnio da pandemia e de uma seca", lamentou.

O presidente da Bolívia, Luis Arce, também está no Rio de Janeiro. O encontro do Mercosul sela a adesão do país andino ao bloco regional, faltando apenas procedimentos internos bolivi-

"Estamos nos aproximando, efetivamente, de realizar um sonho da integração entre Atlântico e Pacífico", disse Lula, adiantando que será apresentado um programa de ligação logística dos países, com estruturação de rodovias, ferrovias, hidrovias e aeroportos. O BNDES ajudará a financiar o projeto.

Singapura

O presidente classificou como um passo importante a assinatura de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e Singapura. É o primeiro acordo do tipo do Mercosul em 11 anos e o primeiro com um país asiático.

"O acordo tem o potencial de estimular a atração de investimento", ressaltou Lula, acrescentando que, em 2022, Singapura foi o 11º maior investidor global.

União Europeia

Havia a expectativa para o anúncio da assinatura de um tratado de comércio entre o Mercosul e a União Europeia (UE). As negociações tinham sido aceleradas nas últimas semanas. Mas no sábado (2), durante a COP28, em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, o presidente da França, Emmanuel Macron, manifestou contrariedade aos termos.

Lula afirmou que sonhava com a assinatura do tratado. "Nunca na história do Mercosul se conversou com tanta gente", disse. "Fiz um apelo ao Macron para ele deixar de ser tão protecionista". O presidente citou que pediu até ajuda do primeiro-ministro alemão, Olaf Scholz, para tentar convencer o

Lula explicou ainda que a versão do acordo herdada do governo passado era "inaceitável". "Nos tratava como se fôssemos seres inferiores. Como se fôssemos país colonizado ainda". O presidente citou como exemplo questões ligadas às compras governamentais. "Não dá para a gente abrir como eles queriam que a gente abrisse", declarou.

"As resistências da Europa ainda são muito grandes. Eu estranho a falta de flexibilidade de eles entenderem que nós ainda temos muita coisa para crescer, temos o dever de nos industrializar".

O próximo país a assumir a presidência pro tempore por 6 meses é o Paraguai. Lula incentivou o presidente paraguaio a não desistir e brigar pelo acordo.

Outra crítica de Lula à UE é a dificuldade de os europeus reconhecerem a credibilidade de dados sul-americanos sobre desmatamento. "Nós tratamos a questão ambiental com muita seriedade. Tenho compromisso público de que vamos chegar em 2030 com desmatamento zero", prometeu o presidente. De acordo com Lula, o Brasil reduziu o desmatamento pela metade este ano. Ele lembrou ainda que a COP30, em 2025, será realizada em Belém, no Pará.

Itamaraty

Já após o discurso do presidente Lula, o Ministério das Relações Exteriores brasileiro divulgou o comunicado conjunto Mercosul-União Europeia. O texto diz que as duas partes "estão engajadas em discussões construtivas com vistas a finalizar as questões pendentes".

A nota acrescenta que houve avanços consideráveis nos últimos meses. "Com base nos avanços efetuados até a presente data nas negociações, ambas as partes esperam alcançar rapidamente um acordo que corresponda à natureza estratégica dos laços que as vinculam e à contribuição crucial que podem oferecer para enfrentar os desafios globais em áreas como o desenvolvimento sustentável, a redução das desigualdades e o multilateralismo", diz o texto.

Participação social

A reunião entre os presidentes dos países do Cone Sul foi precedida pela retomada da Cúpula Social, que não acontecia de forma presencial havia 7 anos. Movimentos da sociedade civil tiveram dois dias de encontros no Museu do Amanhã e elaboraram uma carta que foi entregue aos líderes. No documento, há sugestões e demandas sociais como defesa do meio ambiente, combate à fome, dignidade para trabalhadores e políticas de direitos humanos.

"Essa gente representa o que a gente tem de vivo na nossa sociedade e vão nos ajudar", declarou.

Regulamentação das redes

Lula sugeriu aos demais presidentes a criação de uma comissão especial para discutir democracia, informação e ambientes digitais. Para ele, o assunto precisa ser tratado globalmente.

Precisamos estar sempre atento às novas ameaças e atualizar nossos mecanismos de regulação. Vamos nos equipar para garantir o direito de liberdade de expressão ao mesmo tempo que coibimos o discurso de ódio, a desinformação e as práticas abusivas das grandes empresas de tecnologia".

Mercosul

O Mercosul é um processo de integração regional iniciado em 1991, formado inicialmente pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Nas décadas seguintes foram aprovados os ingressos da Venezuela e Bolívia. Desde 2017, a Venezuela está suspensa pelo não cumprimento de cláusulas democráticas do bloco. São países associados Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname.

As trocas comerciais dentro do bloco multiplicaram-se mais de dez vezes desde sua criação, saltando de US\$ 4,5 bilhões para US\$ 46 bilhões em 2022.

O bloco abrange uma área de 14.869.775 quilômetros quadrados - o Brasil detém 57% e uma população de 295 milhões de habitantes, sendo mais de 200 milhões de brasileiros. (Agencia Brasil)

Justiceiros aumentam violência e ameaçam Estado Democrático de Direito

Declarando-se insatisfeitos com os episódios de assaltos violentos em seu bairro, grupos de moradores de Copacabana, na zona sul do Rio de Janeiro, resolveram fazer justiça com as próprias mãos e se unir contra os criminosos. Por meio de redes sociais e aplicativos de mensagens, passaram a convocar outras pessoas a reagirem aos roubos na área turística carioca e a se vingarem de suspeitos desses crimes.

Vídeos e mensagens veiculados pela imprensa carioca mostram pessoas incitando a agressão contra os assaltantes. Em um dos vídeos, um jovem diz que é preciso que os próprios moradores resolvam o problema, uma vez que a polícia não o faz. Também é possível ver imagens de grupos de jovens perseguindo suspeitos de rou-

A coordenadora do Grupo de Estudos de Novas Ilegalidades da Universidade Federal Fluminense (Geni/UFF), Carolina Grillo, ressalta que fazer justiça com as próprias mãos é crime e uma ameaça ao Estado Democrático de Direito.

"O fundamento do Estado Democrático de Direito é que o monopólio da violência legítima seja sempre do Estado. Só quem é autorizado a fazer uso da força para o cumprimento da lei é o Estado, mediante suas instituições competentes, as forças policiais a guarda municipal. Quando você tem cidadãos comuns querendo fazer justiça com as próprias mãos, eles estão privatizando o uso da violência", afirma a pesqui-

Segundo ela, esse não é um fenômeno novo no Brasil. O ato de fazer justiça com as próprias mãos, ou seja, de resolver crimes de uma forma que seja à margem da lei, é encontrado, por exemplo, em áreas dominadas pelo tráfico de drogas ou pela milícia. Nas zonas rurais, há fazendeiros que têm seu pró-

prio exército de capangas. Mesmo a ação de grupos de moradores justiceiros não é inédita. Em 2014, um adolescente de 15 anos foi preso nu em um poste no Aterro do Flamengo, na zona sul da cidade.

"Essa é uma ação bárbara, que não se submete ao império da lei. A gente já tem um problema crônico com isso no Brasil, onde o monopólio da violência legítima nunca conseguiu se efetivar. Não podemos fazer vista grossa para esse tipo de atitude, porque isso é um risco para democracia, um risco para o Estado de Direito", destaca Carolina.

Pesquisador do Laboratório de Análise da Violência, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LAV/Uerj), o coronel reformado da Polícia Militar Robson Rodrigues explica que a noção de fazer justiça com as próprias mãos é reflexo de uma mistura do medo da população em relação às notícias de violência e à ideia popular de que o Estado é incapaz de resolver o problema da criminalidade.

"O medo é justo. A reação é que é perigosa. Existe um risco de aumentar ainda mais a violência. E também de abrir a oportunidade para que o mercado de segurança clandestina privada se amplie. Grupos clandestinos milicianos podem se aproveitar desse medo difuso", afirma Rodrigues.

Outro risco é a vitimização de pessoas inocentes por esses grupos ilegais de "justiceiros", principalmente de jovens negros e pobres. "É evidente que as populações que acabam sendo alvos da ação desses justiceiros são jovens negros pobres. Os critérios de seleção das pessoas que serão submetidas a esse tipo de prática acabam sendo racistas e classistas. Isso é claro que agrava ainda mais um problema crônico no Brasil, que é o racismo", ressalta a pesquisadora.

Para ela, é preciso pensar em como melhorar a atuação das instituições de segurança pública, de forma que a população possa compreender que é possível acreditar que os crimes podem e devem ser resolvidos pelo Estado. Além disso, é preciso que a sociedade entenda que os conflitos não devem ser resolvidos por meio da privatização do uso da força.

Robson Rodrigues explica que a polícia precisa se antecipar aos problemas da criminalidade, aumentando e melhorando sua presença nos locais, não só para reprimir as ocorrências criminais como para ampliar a sensação de segurança na população. Isso evitaria o surgimento de grupos de justiceiros.

"É necessário que o governo haja rapidamente, até porque são ocorrências previsíveis, sazonais [que ocorrem mais no período de primavera e verão], em virtude das características daquela região", afirma o pesquisador.

Em relação aos crimes de roubos, a Polícia Militar informou que vai ampliar a coordenação com outras instituições públicas, como a Secretaria de Ordem Pública da cidade do Rio, aumentar as abordagens e melhorar a distribuição do po-

A Polícia Civil informou que investiga a ação de pessoas que praticam roubos e furtos na região

Em relação aos "justiceiros", a Polícia Civil destacou que a delegacia da área já está investigando a existência desses grupos de moradores "que estão planejando e organizando ataques no bairro". De acordo com a polícia, alguns deles já foram identificados e estão sendo intimados a prestar esclarecimentos. (Agencia Brasil)

Governo lançará portal com dados sobre os principais programas sociais

Uma nova plataforma de transparência ativa sobre programas e ações do governo federal estreia a partir desta sexta-feira (8). Trata-se do ComunicaBR, uma ferramenta online criada para facilitar o acesso da população a dados e execução de programas como Mais Médicos, Brasil Sorridente, Farmácia Popular, Bolsa Atleta, obras do novo

PAC, Minha Casa Minha vida e crédito rural, entre outros.

"Nós queremos oferecer uma ferramenta que vai permitir que a imprensa e qualquer cidadão tenham todas as informações sobre o governo. Uma ferramenta de transparência, prestação de serviço e utilidade pública", disse o ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), Paulo

Segundo a Secom, o ComunicaBR vai disponibilizar informações sobre "entregas" nas mais diferentes áreas, como conclusão de obras, número de beneficiários de programas sociais e transferências de recursos, por exemplo. Essas informações podem ser consultadas fazendo recortes por estado, por município e por área, como agricultura, cultura, educação, emprego, esporte e saúde.

O usuário ainda terá a opção de salvar os dados desejados em um card (cartão) que pode ser usado em redes sociais. Os dados da plataforma são coletados junto aos ministérios responsáveis pela execução dos projetos.

Privatização da Sabesp ainda tem pontos em aberto e contestações

Ainda existem contestações e questionamentos em aberto após a aprovação do projeto de lei que autoriza a privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). Na quarta-feira (6), a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou a proposta do governo paulista que permite a venda do controle acionário da estatal.

Para entrar em vigor, é preciso que o texto seja sancionado pelo governador Tarcísio de Freitas, o que deve ocorrer em breve, uma vez que o projeto é de autoria do Executivo.

A Sabesp oferece os serviços de água e esgoto a partir de contratos com as prefeituras. Os termos dos contratos precisarão ser revistos pelas administrações e câmaras municipais.

Nesse processo, a cidade de São Paulo tem atenção especial. A capital paulista é responsável por quase metade da base de clientes da companhia, que atende 28 milhões de pessoas em 375 municípios.

O Tribunal de Contas do

Município (TCM) tem enviado questionamentos à prefeitura paulistana sobre como está sendo preparada a transição em um cenário no qual a privatização da Sabesp se concretize. Ontem os conselheiros enviaram um novo ofício pedindo esclarecimentos do Executivo municipal. Um dos pontos de interesse do tribunal é saber se o atual contrato de saneamento será prorrogado até 2060.

O governo estadual tem negociado diretamente com os municípios para que façam a renovação do contrato de concessão por mais 20 anos além do previsto inicialmente. O TCM quer também saber se, no caso de renovação contratual, o município receberá algum tipo de compensação.

Outro ponto que os conselheiros querem entender é se a prefeitura está preparada para assumir os serviços de saneamento se houver extinção do termo com a Sabesp. A análise do contrato após a privatização devem passar também pelos vereadores na Câmara Municipal.

"Nós acreditamos que a Câ-

mara Municipal, não só de São Paulo, mas principalmente de São Paulo, joga um papel fundamental, porque, se os municípios não concordarem com o processo de privatização, a privatização não acontecerá", diz o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, José Antonio Faggian. A privatização já vem sendo debatida pelos vereadores paulistanos nos últimos meses.

O sindicato pretende continuar fazendo pressão contra a venda do controle da estatal. Um dos focos da disputa é a contestação jurídica do processo. Os trabalhadores organizados acreditam que a privatização da empresa só seria possível por uma proposta de emenda à Constituição do estado.

Uma ação civil pública movida por deputados e vereadores do PT em São Paulo pede a nulidade do contrato firmado entre o governo estadual e a International Finance Corporation (IFC), instituição membro do Grupo Banco Mundial, que foi responsável pelo estudo técnico que deu parecer favorável à desestatização da companhia.

Os riscos da capital paulista entrar em uma disputa judicial com a Sabesp são outro ponto sob avaliação do TCM.

Apesar dos obstáculos políticos e jurídicos, o governo do estado pretende concluir a venda do controle acionário da empresa até julho de 2024. Atualmente, metade das ações da empresa está sob controle privado, sendo que parte é negociada na B3 (bolsa de valores brasileira) e parte na Bolsa de Valores de Nova Iorque, nos Estados Unidos. O governo de São Paulo é o acionista majoritário, com 50,3% do controle da empresa. O projeto prevê a venda da maior parte dessas ações, mas com o governo mantendo poder de veto em algumas decisões.

A intenção do governo é colocar as ações à venda na bolsa de valores. Esse trâmite deve seguir as determinações da Comissão de Valores Mobiliários. (Agencia Brasil)

CGU e PF criam grupo para enfrentamento integrado à corrupção

A Controladoria-Geral da União (CGU) e a Polícia Federal (PF) decidiram integrar parte dos esforços empenhados no combate ao desvio de recursos públicos. Na quinta-feira (7), o ministro da CGU, Vinícius Marques de Carvalho, e o diretor-geral da PF, Andrei Augusto Passos Rodrigues, assinaram uma portaria conjunta que cria o Grupo Integrado de Enfrentamento aos Crimes de Corrupção e Desvio de Recursos Públicos.

"Firmamos, hoje, uma importante parceria", comentou o ministro ao assinar o acordo, durante evento em comemoração ao Dia Internacional contra a Corrupção (9 de dezembro). "Com ações coordenadas, capazes de abordar as complexas faces do fenômeno da corrupção [...] aumentamos a capacidade de detecção. E, quanto maior for nossa ca-

pacidade de descobrir ilícitos, menores serão os incentivos para que agentes públicos ou privados atuem de forma ilegal", acrescentou Carvalho, explicando que a parceria possibilitará que CGU e PF criem mais um canal de diálogo e estreitem os laços a fim de construir estratégias conjuntas.

"Inclusive, dando escala a determinadas investigações e operações que podem desencadear

ações que investiguem outros crimes como lavagem de dinheiro e outros tipos de ilícitos", afirmou o ministro, segundo nota divulgada pela assessoria da CGU.

"Esse estreitamento de laços reafirma o compromisso da PF com os interesses do Estado brasileiro", comentou o diretor-geral da PF, frisando que o acordo reforcará a atuação conjunta no combate à corrupção. (Agencia Brasil)